

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

68

Jul/Set 2021



OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Anderson Aorivan da Cunha Possa

DIRETORES

Anderson Aorivan da Cunha Possa,
Bruno Ricardo Pena de Sousa,
Hailton José Fortes,
Haroldo Maia Júnior,
Lourival Nery dos Santos e
Thiago Alves Nogueira

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Allisson David de Oliveira Martins
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Allisson David de Oliveira Martins

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Allisson David de Oliveira Martins

Produção Agropecuária
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Serviços, Comércio Varejista, Turismo

Nicolino Trompieri Neto, Professor do Curso de Economia da Universidade de Fortaleza - Unifor. Alysson Inácio de Oliveira, Catherine dos Santos Rodrigues, Cícero Hérciles Lima Moreira, Dario Lourenço Marques, Gustavo Luna de Melo Jorge, Igor Rufino Campelo, José Arthur Neves S. Bezerra de Menezes, Mário Paz Barreto Neto, Mikaelle Uchoa Cavalcante, Nicolas Andrade de Oliveira Silva, Vicente Aníbal Da Silva Neto e Victor Gabriel dos Santos Teixeira, graduandos da Unifor e estagiários do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe da UNIFOR.

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários

Mateus Pereira de Almeida

Jovem Aprendiz

Rafael Henrique Silva Santos

Tabulação de Dados

Bruno Gabai
José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-
n.

Quadrimestral

Periodicidade anterior: 2004-2005 bimestral; 2006-2013 quadrimestral; 2014 semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

1	Atividade Econômica	4
2	Produção Agropecuária	7
3	Produção Industrial	13
4	Setor de Serviços	22
5	Varejo	24
6	Turismo	27
7	Mercado de Trabalho	31
8	Comércio Exterior	38
9	Finanças Públicas.....	46
10	Intermediação Financeira	53
11	Índices de Preços	57

1 Atividade Econômica

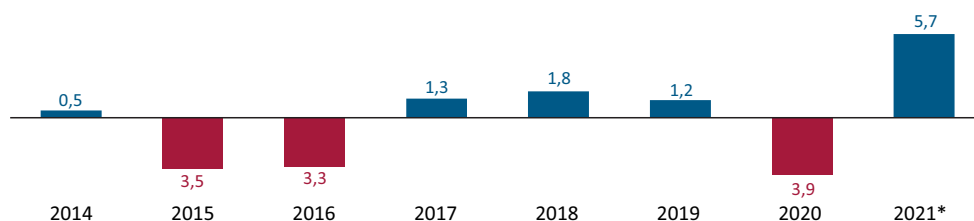
1 NÍVEL DE ATIVIDADE

1.1 Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no acumulado de janeiro a setembro de 2021 apresentou crescimento de 5,7%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, totalizando o volume de R\$ 6,4 trilhões.

Após três anos de evolução positiva na atividade econômica, quando entre 2017 e 2019 registrou crescimento acumulado de 4,6%, os efeitos da pandemia de Covid-19, que foram sentidos em quase todos os setores, colocaram a atividade econômica em dificuldades, com repercussões na produção, no consumo e na renda em 2020. Para 2021, fundamentado nas expectativas e nos números observados até o 3º trimestre, a economia demonstra tracionamento, sobretudo pelo avanço da vacinação da população e relaxamento das medidas sanitárias.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil - % em relação ao ano anterior - 2014 a 2021*



Fonte: IBGE (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

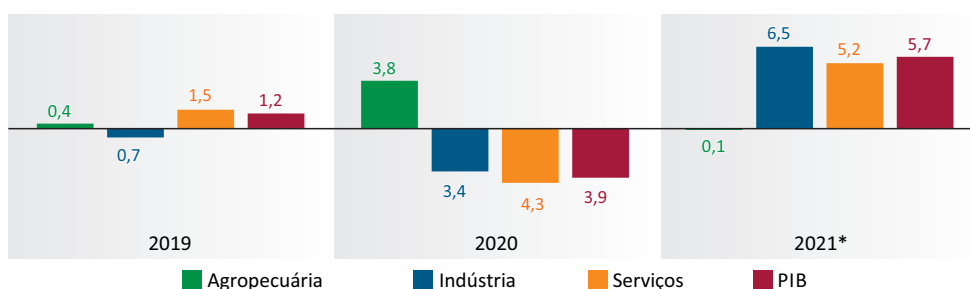
*2021 se refere ao período acumulado de janeiro a setembro de 2021, comparado ao mesmo semestre do ano anterior.

Pela ótica da oferta, no acumulado de janeiro a setembro de 2021, a Indústria (+6,5%) e os Serviços (+5,2%) registraram variação positiva, enquanto a Agropecuária registrou variação negativa de 0,1%, conforme aponta o IBGE nas Contas Nacionais Trimestrais.

Entre as atividades industriais que apresentaram performance positiva nos primeiros nove meses do ano podemos destacar: Indústrias de transformação (8,9%), a Construção (8,8%) e as Indústrias extrativas (2,5%). Em outro sentido, a atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-0,4%) teve desempenho negativo.

Nos Serviços, em função da retomada das atividades, reflexo do abrandamento da economia, houve alta em todas as atividades: Transporte, armazenagem e correio (12,2%), Informação e comunicação (11,7%), Comércio (8,7%), Outras atividades de serviços (6,8%), Atividades imobiliárias (2,8%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade (1,3%) e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,1%).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Oferta - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021*

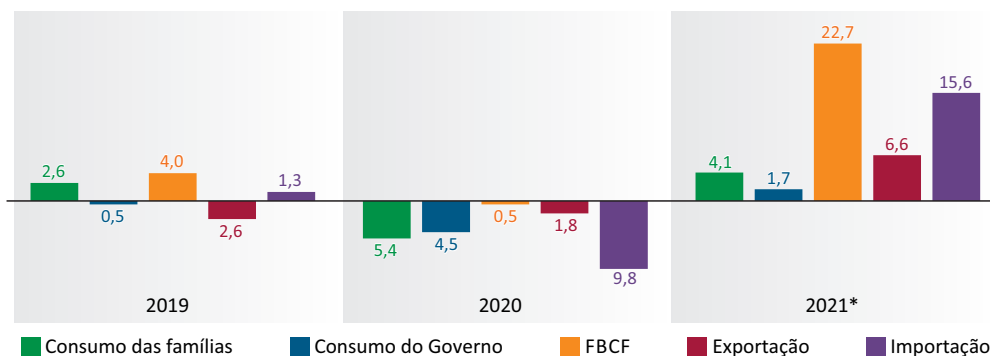


Fonte: IBGE (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

*2021 se refere ao período acumulado de janeiro a setembro de 2021, comparado ao mesmo semestre do ano anterior.

No PIB, pela ótica da demanda, segundo o IBGE, o destaque positivo ficou para a Formação Bruta de Capital Fixo, que cresceu 22,7% de janeiro a setembro do corrente ano. No mesmo sentido, a Despesa de Consumo das Famílias e o Consumo do Governo avançaram, respectivamente, 4,1% e 1,7%. No setor externo, as importações apresentaram aceleração de 15,6%, enquanto as exportações subiram 6,6%, como consequência do comportamento de retomada do comércio internacional.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto - PIB - Brasil – Ótica da Demanda - % em relação ao ano anterior - 2019 a 2021*



Fonte: IBGE (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

*2021 se refere ao período acumulado de janeiro a setembro de 2021, comparado ao mesmo semestre do ano anterior.

1.2 Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste

O Índice de Atividade Econômica do Brasil (IBC-Br), elaborado e divulgado pelo Banco Central, constitui-se em um indicador que incorpora a trajetória das variáveis consideradas como *proxy* para o desempenho dos setores da economia. Esse índice pode ser considerado um indicador antecedente do PIB, seja pela sua periodicidade mensal, seja pela reduzida defasagem com a qual pode ser disponibilizado.

O indicador nacional teve como base os indicadores regionais – Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR) – que passaram a ser divulgados mensalmente pelo Banco Central em 2009. O acompanhamento da atividade em nível regional contribui para o melhor entendimento da evolução do indicador do País, permite antecipar padrões em nível nacional, além de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados.

A economia do Nordeste, medida pelo índice de atividade IBCR-NE publicado pelo Banco Central, avançou 3,9% no acumulado de janeiro a setembro de 2021, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. No Brasil, na mesma base de comparação, a economia brasileira, medida pelo índice de atividade do Bacen, cresceu 5,9%.

O Estado de Pernambuco, com crescimento de 6,2% nos nove primeiros meses do ano, entre os estados do Nordeste pesquisados pelo Banco Central, foi, em grande medida, o responsável pela performance regional. A economia pernambucana, destaque do Nordeste no indicador do Banco Central nos primeiros nove meses de 2021, decorre, notadamente, da performance do volume de vendas do comércio varejista ampliado com elevação de 22,0%, da produção industrial que cresceu 2,0% e da variação positiva do volume de serviços em 10,9%.

Os estados do Espírito Santo e Minas Gerais, que são contemplados, em parte, como área de abrangência do Banco do Nordeste, apresentaram indicadores positivos de atividade econômica no acumulado do ano de 2021, em 8,2% e 5,4%, respectivamente.

Os efeitos negativos da pandemia, na performance econômica, encontram-se em processo de forte dissipação, de forma que o tracionamento econômico, no acumulado dos últimos 12 meses, terminado em setembro último, refletem no índice de atividade econômica do Nordeste, que já registra avanço de 3,0%, enquanto no Brasil aponta crescimento de 4,2%. A vacinação em aceleração, com a imunização completa em mais de 60% no Brasil, combinada com medidas sanitárias menos restritivas, contribuem para a economia apresentar dinâmica de crescimento mais pujante.

Tabela 1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil, Nordeste, Sudeste, Bahia, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais - % Crescimento Anual - 2016 a 2021*.

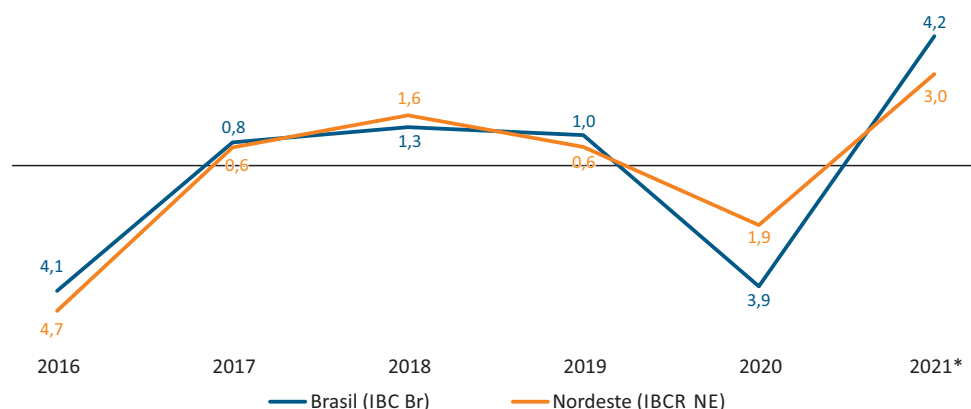
	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Brasil	-4,1	0,8	1,3	1,0	-3,9	4,2
Nordeste	-4,7	0,6	1,6	0,6	-1,9	3,0
Bahia	-5,7	-0,5	1,9	0,0	-3,0	2,4
Ceará	-3,6	0,9	2,0	2,4	-1,9	2,9
Pernambuco	-4,2	0,5	1,4	1,1	0,3	5,2
Sudeste	-3,5	0,1	1,4	1,7	-1,2	4,4
Espírito Santo	-8,2	1,0	3,9	-2,7	-4,3	6,5
Minas Gerais	-2,6	-0,1	1,1	0,0	-0,3	4,6

Fonte: IBGE e Bacen (2021). Elaboração: BNB/Etene(2021).

Nota: A construção do indicador regional (IBCR) se restringe ao valor adicionado, enquanto o indicador nacional (IBC-Br) considera o valor adicionado e incorpora os impostos.

*2021 se refere aos últimos doze meses.

Gráfico 4 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil – Brasil e Nordeste - % em relação ao ano anterior - 2016 a 2021*



Fonte: Bacen (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

*2021 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses.

Referências

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

2 Produção Agropecuária

2.1 Agricultura

Segundo levantamento da safra para 2021, realizado pelo IBGE, a produção nacional de grãos deverá alcançar 251,1 milhões de toneladas, declínio de 1,2% (-2,9 milhões de toneladas) frente à observada em 2020, de 254,0 milhões de toneladas (Tabela 1). Entre as principais causas da redução da produção da Safra de grãos em 2021 estão a falta de chuvas e também as geadas que ocorreram em algumas das principais unidades produtoras na Região Sul do País. Entre as culturas, o milho foi a *commodity* mais prejudicada. Enquanto, o cultivo de soja destacou-se com maior crescimento da produção.

Para a área colhida, a expectativa é que haja aumento de 3,5% frente à área colhida em 2020. Considerando a proporção de área colhida, com 56,7% de participação, soja obteve avanço significativo na área colhida, +4,8%, frente à safra passada.

Segundo o gerente da pesquisa do IBGE, Carlos Barradas, a redução da estimativa da produção de grãos em 2021 é fruto de uma sequência de fatores que se iniciaram ainda no ano passado, que houve falta e atraso das chuvas no período que precisava de umidade no solo para o início do plantio. Desta forma, com muitas lavouras dependentes do clima, tiveram drástica redução no rendimento médio, e por conseguinte, na produção.

Entre as Regiões, a produção de grãos deverá ter acréscimos no Sul (+5,3%), Norte (+4,5%) e Nordeste (+1,5%). O Sul deverá produzir 76,9 milhões de toneladas (30,6% do total do País), o Norte, 11,4 milhões (4,6%) e Nordeste, 22,9 milhões (9,1% do total). Enquanto, Centro-Oeste e Sudeste registraram quebra de safras de -5,7% e -2,7%, nesta ordem. A perda maior foi no Centro-Oeste, que reduziu em 6,9 milhões de toneladas de grãos.

Mesmo com quebra na safra Nacional, a Região Nordeste deverá apresentar desempenho favorável, com incremento de 1,5% no total de grãos produzidos, alcançando 22,9 milhões de toneladas; desta forma, representará cerca de 9,1% da safra nacional de grãos em 2021 (Tabela 1).

Tabela 1 – Safra de grãos no Brasil, Nordeste e Estados selecionados (Em toneladas) – 2020 e 2021

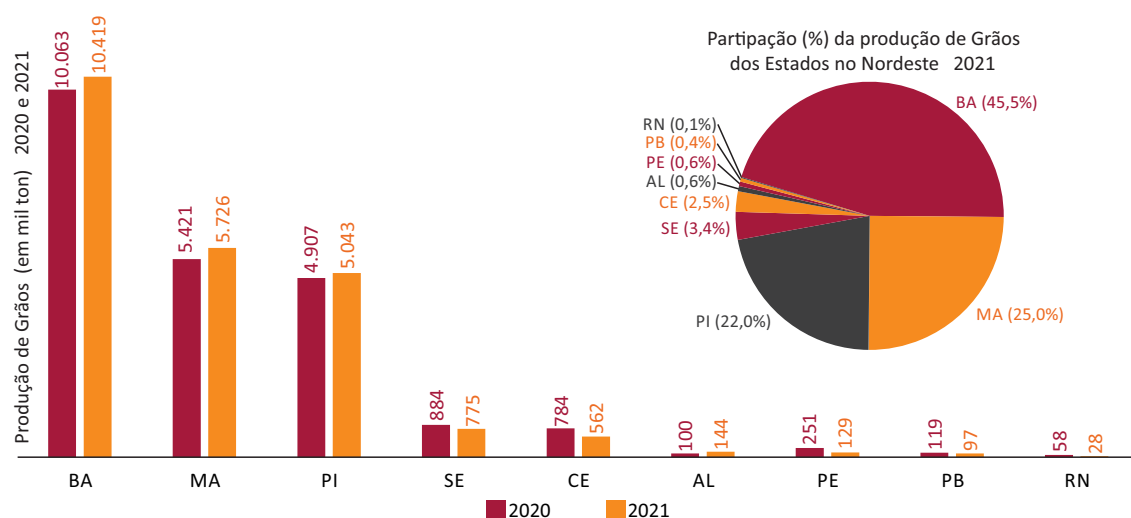
País / Região / Estados	Safra 2020		Safra 2021		Var. (%) 2021/2020
	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	Produção (t)	Part. (%) ⁽¹⁾	
Norte	10.989.311	4,3	11.489.247	4,6	4,5
Nordeste	22.587.556	8,9	22.923.858	9,1	1,5
Maranhão	5.421.321	24,0	5.726.212	25,0	5,6
Piauí	4.907.108	21,7	5.043.204	22,0	2,8
Ceará	784.142	3,5	561.794	2,5	-28,4
Rio Grande do Norte	58.257	0,3	27.691	0,1	-52,5
Paraíba	118.844	0,5	97.385	0,4	-18,1
Pernambuco	251.224	1,1	129.249	0,6	-48,6
Alagoas	99.577	0,4	144.403	0,6	45,0
Sergipe	883.838	3,9	774.538	3,4	-12,4
Bahia	10.063.245	44,6	10.419.382	45,5	3,5
Sudeste	25.732.891	10,1	25.026.146	10,0	-2,7
Sul	73.082.739	28,8	76.962.820	30,6	5,3
Centro-Oeste	121.744.873	47,9	114.778.080	45,7	-5,7
Brasil	254.137.370	100,0	251.180.151	100,0	-1,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Quanto aos estados da Região Nordeste, quatro deverão apresentar ganhos na produção de grãos em 2021, com maior visibilidade às variações em Alagoas (+45,0%), seguido por Maranhão (+5,6%), Bahia (+3,5%) e Piauí (+2,8%), cujos crescimentos são superiores à média regional (+1,5%). Já as estimativas de queda de Safra em 2021 foram para Rio Grande do Norte (-52,5%), Pernambuco (-48,6%), Ceará (-28,4%), Paraíba (-18,1%) e Sergipe (-12,4%).

Dentre os grandes produtores regionais de grãos, Bahia, Maranhão e Piauí deverão aumentar suas produções em 356,1 mil, 304,8 mil e 136,0 mil toneladas, em 2021. Nestes estados, a soja é o principal produto cultivado; na Bahia, a participação da soja chegou em 65,6% da produção total de grãos do Estado; No Maranhão, a participação chegou em 55,9% e no Piauí, 53,8%. Segundo o IBGE, as estimativas de aumentos na produção de soja na Bahia (+12,6%), no Piauí (+10,9%) e no Maranhão (+4,7%) são reflexos do crescimento da área colhida e ganho de produtividade, impulsionados pelos preços da *commodity*.

Gráfico 1 – Estados do Nordeste: Participação (%) e Produção de grãos (toneladas) – 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Participação dos Estados do Nordeste em relação a esta Região.

Considerando os produtos levantados pelo IBGE (Tabela 2), para o Brasil, destacam-se em 2021 as produções de soja (134,0 milhões de toneladas, com *Record* em sua produção), milho (86,7 milhões de toneladas) e arroz (11,5 milhões de toneladas). As três culturas representam 92,5% do total produzido de grãos no País, além de responderem por 87,5% da área colhida em 2021.

Quando comparada com as safras de 2020, no País, trigo (+26,0%), soja (+10,3%) e arroz (+4,5%) apresentaram incrementos em suas respectivas produções em 2021. As estimativas de declínio na produção ficaram para os cultivos de mamona (-19,5%), algodão (-17,5%), milho (-16,0%), sorgo (-14,0%), amendoim (-6,1%) e feijão (-3,4%).

Além da produção de grãos, no levantamento do IBGE, cabem ainda destacar os crescimentos da produção de uva (+19,8%), batata (+5,8%), cacau (+4,9%), banana (+4,7%), fumo (+2,9%) e tomate (+0,7%). Por outro lado, café (-22,4%), laranja (-13,8%), castanha-de-caju (-8,4%), cana-de-açúcar (-7,6%) e mandioca (-2,0%), apresentaram declínios na safra de 2021.

Tabela 2 – Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste (Em toneladas) – 2020 e 2021

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE/BR Safra 2021
	Safra 2020	Safra 2021	Var. (%)	Safra 2020	Safra 2021	Var. (%)	
Cereais e oleaginosas ⁽¹⁾	254.137.370	251.180.151	-1,2	22.587.556	22.923.858	1,5	9,1
Soja	121.522.363	134.086.406	10,3	11.581.628	12.766.137	10,2	9,5
Milho	103.235.064	86.744.990	-16,0	8.723.840	8.158.870	-6,5	9,4
Algodão herbáceo	7.089.939	5.849.185	-17,5	1.651.597	1.428.729	-13,5	24,4

Produto das lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE/BR Safr 2021
	Safr 2020	Safr 2021	Var. (%)	Safr 2020	Safr 2021	Var. (%)	
Feijão	2.887.695	2.788.732	-3,4	663.703	506.719	-23,7	18,2
Arroz	11.046.184	11.546.026	4,5	333.440	350.119	5,0	3,0
Sorgo	2.748.747	2.362.747	-14,0	211.662	197.119	-6,9	8,3
Trigo	6.212.444	7.827.735	26,0	17.000	32.000	88,2	0,4
Mamona	36.626	29.497	-19,5	36.330	29.164	-19,7	98,9
Amendoim	691.369	648.900	-6,1	12.479	12.205	-2,2	1,9
Cana-de-açúcar	677.916.429	626.317.212	-7,6	52.217.415	53.997.624	3,4	8,6
Mandioca	18.955.430	18.576.834	-2,0	3.971.369	3.713.736	-6,5	20,0
Banana	6.718.160	7.032.582	4,7	2.300.477	2.365.530	2,8	33,6
Laranja	15.745.940	13.568.155	-13,8	1.157.501	1.182.595	2,2	8,7
Tomate	3.956.559	3.983.577	0,7	496.721	456.287	-8,1	11,5
Uva	1.416.398	1.696.916	19,8	387.662	455.131	17,4	26,8
Batata	3.679.979	3.893.064	5,8	200.144	387.216	93,5	9,9
Café	3.724.967	2.892.320	-22,4	246.700	207.846	-15,7	7,2
Cacau	280.661	294.310	4,9	118.018	130.120	10,3	44,2
Castanha-de-caju	138.763	127.129	-8,4	137.916	126.322	-8,4	99,4
Fumo	695.601	715.458	2,9	30.035	30.982	3,2	4,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

No Nordeste, na produção de grãos em 2021, destacam-se o crescimento nas seguintes culturas: trigo (+88,2%), soja (+10,2%) e arroz (+5,0%). Enquanto as culturas de feijão (-23,7%), mamona (-19,7%), algodão (-13,5%), sorgo (-6,9%), milho (-6,5%) e amendoim (-2,2%) apresentaram declínio de produção na safra de 2021.

Quanto aos demais produtos agrícolas não inseridos no grupo dos cereais e oleaginosas, em 2021, batata (+93,5%), uva (+17,4%), cacau (+10,3%), cana-de-açúcar (+3,4%), fumo (+3,2%), banana (+2,8%) e laranja (+2,2%) apresentam crescimento em suas respectivas produções, frente ao ano anterior. Enquanto, café (-15,7%), castanha-de-caju (-8,4%), tomate (-8,1%) e mandioca (-6,5%) obtiveram quebra de safra em 2021.

O algodão (-13,5%) e o milho (-6,5%), importantes culturas do Nordeste, também vêm apresentando quedas de safras em 2021. A redução da produção do algodão está atribuída, em grande parte, à escassez de chuvas. Desta forma, alguns produtores diminuíram as áreas de plantio, com o objetivo de minimizar o risco climático. Além disso, há ainda a substituição do algodão pelo cultivo do milho, que possui reduzido custo de produção, e no momento, tem maior viabilidade de comercialização.

Já o cultivo de milho, com redução de 6,5% em 2021, teve parte das safras, em especial a 2ª safra, prejudicada devido à ocorrência de chuvas tardias que acabaram, como consequência, derrubando drasticamente a produtividade média, e resultando queda na produção na Região.

A quebra de safra do feijão (-23,7%) foi sobretudo em decorrência da falta de chuvas em importante áreas produtoras da Região. A escassez hídrica influenciou fortemente o rendimento médio, e, por conseguinte a produção, assim, condicionando os preços do feijão em níveis considerados elevados.

Já a produção de café (-15,7%), que é praticamente cultivada na Bahia, também apresentou redução. Fato condicionado à bienalidade negativa para a safra arábica em 2021, o que resultou em uma retração expressiva da produção de café total.

Quando se destacam as culturas por estados, no Nordeste, verificou-se que Bahia, além de ser o maior produtor de grãos (45,5%), produz regionalmente todo o cacau (100,0%) e trigo (100,0%) e, praticamente toda a produção de batata-inglesa (99,9%), café (99,6%) e mamona (99,4%). Também se destacam, na

Bahia, as participações nas produções de algodão (88,8%), sorgo (72,1%), laranja (53,6%), soja (53,6%) e tomate (45,6%), quando comparadas às produções totais da Região.

Em relação ao crescimento na produção agrícola na Bahia, batata (+93,5%), trigo (88,2%), uva (+35,1%), castanha-de-caju (+34,6%), fumo (+18,0%), soja (12,6%), cacau (+10,3%), cana-de-açúcar (+7,3%), banana (+3,4%), amendoim (+1,0%) e laranja (+0,2%) deverão apresentar incremento na safra 2021 em relação ao período anterior.

2.2 Pecuária

Mesmo ponderando os efeitos adversos da pandemia no cenário econômico atual, para o acumulado do 1º ao 3º trimestre de 2021, alguns dos principais itens da produção da pecuária sinalizam recuperação em seus volumes tanto no País, quanto no Nordeste, sendo neste mais propagada essa melhoria. As atividades pesquisadas são do IBGE em seus levantamentos de abate de animais e produções de leite e ovos de galinha, conforme identificados na Tabela 3.

No País (+7,5%), o quantitativo de suínos abatidos apresentou alta nos comparativos entre o acumulado de 2021 e 2020, em grande medida, por ser uma alternativa de carne substituta à bovina. Quanto aos preços das carnes suínas, o cenário desenhado pelo aumento da oferta de carne suína no mercado interno corroborou a aplacar a elevação dos preços.

Para o Nordeste (+28,6%), houve aumento significativo; a explicação plausível seria que a carne suína no mercado interno sofreu desvalorização ao longo dos três primeiros trimestres de 2021, aumentando sua competitividade em relação às demais proteínas. Neste período, entre os maiores produtores dos abates suínos no Nordeste, Bahia desponta como maior produtor (peso regional de 38,9%) como também em crescimento na produção, na ordem de +52,2%, frente ao mesmo período de 2020; Em seguida, Ceará como segundo maior produtor (peso regional de 36,2%), registrou aumento do quantitativo de carcaças de suínos abatidos em +19,2%, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado dos três primeiros trimestres de 2021, foram abatidos 10,9 milhões de toneladas de frango no País, crescimento de 7,0%, comparando ao mesmo período de 2020. Como maior produtor em peso das carcaças, a carne de frango manteve a competitividade frente às outras proteínas, bovino e suíno. Quanto ao destino da produção da carne de frango, aliado à boa liquidez do mercado doméstico, parte considerável desse crescimento foi direcionado ao consumo interno.

Para a Região Nordeste, o cenário apresentou-se bastante promissor no abate de frangos. Quando comparado ao acumulado dos três primeiros trimestres de 2020, houve alta de 4,5% no quantitativo do peso acumulado das carcaças, chegando a 399,7 mil toneladas na Região, em 2021. A Bahia permanece como o principal produtor de carne de frango, participando com 59,5% do total do abate de frango na Região, além de apresentar aumento de seu volume em 2,4%, frente ao mesmo período do ano anterior. Piauí (+21,7%), Ceará (+13,3%), Pernambuco (+7,0%) e Maranhão (+7,0%) também apresentaram crescimento do abate de carne de frango.

Quanto aos preços do frango, devido ao repasse nos custos de produção nas granjas, ante o aumento dos custos com a energia elétrica, os preços da carne de frango tendem a se aquecer enquanto durarem a escassez hídrica, e também ficam condicionados a fatores externos, como a demanda internacional pelo produto, que por ora, está em níveis elevados (Cepea/Esalq).

Já o quantitativo de animais abatidos de bovinos no País (-8,4%) apresentou retração, quando comparado ao acumulado dos três primeiros trimestres de 2020. Esta redução foi fortemente induzida pelas restrições às exportações, por conta da notificação sanitária em alguns dos principais destinos.

Na Região Nordeste, que representa 8,0% do quantitativo de bovinos abatidos no País, a retração foi menor, recuo de 4,1%, em comparação ao mesmo período de 2020. O resultado deriva, principalmente, da perda do poder de compra dos consumidores. Os estados da Bahia (41,0%), Maranhão (25,6%) e Pernambuco (9,6%) estão entre os maiores abatedores de bovinos na Região; no entanto, apresentaram recuos no quantitativo de animais abatidos na ordem de -6,9%, -6,4% e -11,8%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Para as cotações da carne bovina, no mercado interno, os preços atingiram os patamares mais elevados da série histórica do Cepea/Esalq. Mesmo com o arrefecimento da demanda doméstica, diante dos substitutos diretos à proteína bovina, os valores da arroba foram impulsionados pela retração na oferta de boi para abate, quando boa parte dos pecuaristas seguraram os animais nos pastos. No cenário internacional, a expectativa é de alta, com o aquecimento das exportações de carne bovina *in natura*, mesmo com as suspensões temporárias para a China, devido às questões sanitárias, a demanda internacional continua aquecida.

Quanto à produção de leite nacional, verificou-se redução da aquisição tanto para o cru (-1,2%) quanto do industrializado (-1,3%), entre o acumulado dos três primeiros trimestres de 2021 e 2020, com produção de aproximadamente 18,6 e 18,5 bilhões de litros, respectivamente.

No Nordeste, que representa 7,1% da produção nacional, foram captados cerca de 1,3 bilhão de litros de leite no acumulado de 2021; as variações foram positivas, tanto na produção do leite cru (+4,6%) quanto no beneficiado (+4,7%).

Nos Estados, com respectivas participações de 33,1% e de 16,9% da produção de leite cru regional, Bahia (+7,0%) e Sergipe (+14,8%) se destacam no aumento do volume produzido no acumulado de 2021. Neste período, Sergipe aumentou sua produção de leite cru em 14,8%, seguido por Bahia (+7,0%) superando a média de produção do País. Na sequência, Pernambuco (+4,1%), Ceará (+3,3%) e Alagoas (+1,8%) também ampliaram a produção de leite cru, contribuindo para o agregado da Região. As demais unidades produtoras seguiram tendência de queda na aquisição de leite cru.

Quanto aos preços, segundo Cepea/ESALQ, as expectativas para os preços do leite são de desvalorização para os próximos meses, levando em consideração o aumento de pastagens para a alimentação animal, com o retorno das primeiras chuvas no início de 2022 e melhora das forragens; assim, concorrendo para o aumento da oferta do leite. Atrelado ao aumento da oferta do leite, em contrapartida, há tendência de redução do consumo interno por lácteos, e desta forma, elevando os estoques e pressionando as cotações dos derivados de leite. Esses cenários, de aumento da oferta e redução do consumo, podem sustentar a desvalorização do leite no campo para os próximos seis meses.

A produção de ovos de galinha nacional ficou praticamente estável no acumulado de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior. Este resultado deve ser apurado diante do aumento do custo de alguns insumos de produção, que foram repassados ao consumidor final.

Para o Nordeste, no acumulado de 2021, apontou aumento na produção de 7,4% frente ao mesmo período do ano anterior, chegando a 495,0 milhões de dúzias de ovos (16,7% da produção do País). Embora o setor continue sendo impactado pela alta dos custos de produção, a demanda por ovos de galinha segue aquecida. Esse fato é devido ao preço acessível do ovo frente a outras proteínas, que diante do aumento dos preços das carnes, principalmente a carne bovina, cresceu a demanda de ovos no mercado regional.

Bahia (+29,4%) e Rio Grande do Norte (+14,9%) apresentaram significativos crescimentos na produção de ovos de galinha, em relação ao acumulado do 1º ao 3º trimestre de 2020. Ceará (34,6%) e Pernambuco (33,8%) ganham destaque por serem os maiores produtores de ovos do Nordeste, produzindo cerca de 171,2 e 167,0 milhões de dúzias de ovos, respectivamente.

Diante dos cenários, os impactos gerados pela pandemia do novo Coronavírus provocou um comportamento desigual na produção da pecuária nacional e regional. Produtos com maiores valores de compra pelos consumidores apresentaram as maiores variações negativas, no caso, a carne bovina, enquanto aqueles que possuem preços mais acessíveis, apresentaram consideráveis variações positivas, como a carne de frango e suína e produção de ovos de galinha. Isso denota a redução da renda média do trabalhador, que acompanhou as sucessivas altas da taxa de desemprego registradas durante a segunda onda da pandemia; assim, necessitou adquirir itens de menor valor para adequar à sua cesta de alimentos básicos.

Tabela 3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil – Acumulado 1º ao 3º trimestre de 2020 e 2021

Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	Acumulado 1º ao 3º trimestre de 2020			Acumulado 1º ao 3º trimestre de 2021			Variação (%) Acumulado 1º ao 3º trim 2021/2020	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Mil Cabeças)								
Bovinos	22.514.087	1.714.811	7,6	20.614.976	1.644.119	8,0	-8,4	-4,1
Suínos	36.798.618	311.122	0,8	39.569.742	400.016	1,0	7,5	28,6
Frangos	4.447.036.657	163.462.897	3,7	4.633.238.668	176.651.535	3,8	4,2	8,1
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	5.838.146.580	432.278.826	7,4	5.493.415.826	429.130.947	7,8	-5,9	-0,7
Suínos	3.355.919.140	24.165.622	0,7	3.666.654.838	32.080.266	0,9	9,3	32,8
Frangos	10.206.841.090	382.657.139	3,7	10.923.457.926	399.781.970	3,7	7,0	4,5
Leite (Mil litros)								
Adquirido	18.838.553	1.263.715	6,7	18.604.325	1.322.076	7,1	-1,2	4,6
Industrializado	18.814.231	1.262.675	6,7	18.578.750	1.321.451	7,1	-1,3	4,7
Ovos (Mil dúzias)								
Produção	2.971.182	461.046	15,5	2.971.001	495.032	16,7	0,0	7,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha. Notas: 1. Os dados do 2º trimestre de 2020 são referentes aos primeiros resultados das respectivas pesquisas. 2. Os primeiros resultados das pesquisas trimestrais da pecuária passaram a ser divulgados a partir do 1º trimestre de 2018 apenas no nível Brasil. São dados prévios, que podem sofrer alterações até a divulgação dos resultados do trimestre de referência. 3. Os dados do ano de 2020 são preliminares até a divulgação dos dados do 1º trimestre de 2021.

Referências

IBGE. Indicadores IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: setembro 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2021_set.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Estatística da Produção Pecuária: primeiros resultados, jul.-set. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2021_3tri.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2021.

3 Produção Industrial

3.1. Atividade Industrial Brasil

A produção industrial apresentou recuo (-0,4%) em setembro de 2021, frente ao mês anterior, quarto resultado negativo consecutivo, acumulando nesse período perda de -2,6%. Com a variação negativa de setembro, a produção do setor ficou 3,2% abaixo do patamar pré-crise (fevereiro de 2020), e 19,4% abaixo do nível recorde registrado em maio de 2011. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021a).

Em relação a iguais períodos de 2020, a atividade da indústria recuou em setembro (-3,9%), bem como no terceiro trimestre de 2021 (-1,1%), configurando-se no primeiro trimestre negativo do ano (Tabela 1). Os resultados positivos observados nos meses anteriores, contudo, garantiram o avanço do setor na taxa acumulada até setembro (+7,5%), como também na taxa anualizada de 12 meses (+6,4%).

Tabela 1 – Taxa de crescimento industrial por grandes categorias econômicas - Brasil – acumulado de janeiro a setembro, 2020 e 2021 e primeiros trimestres de 2021. (Base: igual período do ano anterior)

Grandes categorias econômicas	2020				2021			
	1T20	2T20	3T20	Jan-set/20	1T21	2T21	3T21	Jan-set/21
Bens de capital	-2,3	-38,5	-10,3	-17,6	21,1	78,5	27,3	38,2
Bens intermediários	-0,1	-12,6	3,2	-3,0	4,5	17,6	-2,0	5,9
Bens consumo duráveis	-6,5	-64,8	-8,2	-26,7	-0,2	127,7	-16,9	13,1
Bens consumo semiduráveis e não duráveis	-3,2	-16,6	-3,1	-7,6	1,1	10,9	-2,8	2,5
Indústria em geral	-1,7	-19,4	-0,4	-7,1	4,3	22,7	-1,1	7,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2021a, 2021b e 2021c)

No acumulado de janeiro a setembro de 2021 (+7,5%), houve resultado positivo em todas as 4 grandes categorias econômicas, como consequência, em especial, do elevado crescimento do segundo trimestre (Tabela 1). Este foi favorecido pela deprimida base de comparação, ou seja, o segundo trimestre de 2020. As categorias que ficaram acima da média foram bens de capital (+38,2%) e bens de consumo duráveis (+13,1%). Também avançaram 21 dos 26 ramos, 58 dos 79 grupos e 68,4% dos 805 produtos pesquisados.

Quanto ao desempenho das seções e atividades, houve elevação tanto na indústria extrativa (+1,2%) quanto na de transformação (+8,4%). Nesta, dentre as 25 atividades pesquisadas, apenas 5 apontaram redução, dentre elas, produtos alimentícios (-7,6%), e coque e derivados do petróleo (-1,7%). Dentre os registros positivos, encontram-se veículos automotores, reboques e carrocerias (+35,1%), máquinas e equipamentos (+33,8%), confecção e acessórios (+26,0%), e metalurgia (+23,1%).

A referida taxa positiva no resultado acumulado do ano (+7,5%, em 2021) se deve, em grande medida, à reduzida base de comparação (-7,1%, em 2020), período mais intenso das medidas restritivas contra a Covid-19. Contudo, apesar da mais recente flexibilização social permitida a partir dos resultados da vacinação, o setor vem apresentando trajetória descendente, haja vista o terceiro trimestre negativo e as previsões de maior arrefecimento para os próximos meses, conforme sinalizado por projeções de mercado. Segundo análise do IEDI (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2021) os efeitos diretos da pandemia deram origem a desdobramentos muito adversos, como gargalos nas cadeias produtivas, aceleração da inflação e desemprego elevado. E outros desafios se somam a estes, como a crise hídrica e energética que amplia custos e restringe mercado para bens industriais.

Complementando a análise do quadro industrial, a pesquisa “Sondagem Industrial”, publicada mensalmente pela CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021a), busca identificar o desempenho recente e as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Seus índices comumente variam

de 0 a 100 pontos, considerando os 50 pontos como uma linha divisória entre resultados positivos e negativos, em relação ao mês anterior.

Tabela 2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Atividades selecionadas - Brasil – acumulado jan-set de 2020 e 2021 (Base: igual período do ano anterior)

Seções e atividades	2020	2021
Indústria geral	-7,1	7,5
Indústrias extrativas	-2,4	1,2
Indústrias de transformação	-7,8	8,4
Fabr. de veículos automotores, reboques e carrocerias	-36,7	35,1
Fabr. de máquinas e equipamentos	-11,7	33,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-31,9	26,0
Impressão e reprodução de gravações	-39,1	24,0
Metalurgia	-12,8	23,1
Fabr. outros equip. transporte, exceto veículos automotores	-31,2	20,8
Fabr. de produtos de minerais não metálicos	-7,5	20,7
Fabr. coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	4,5	-1,7
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2,1	-1,7
Manutenção, reparação, instalação de máqs. e eqs.	-17,1	-3,3
Fabr. sabões, detergentes, cosméticos, perfumaria e higiene	3,9	-4,6
Fabricação de produtos alimentícios	5,7	-7,6

Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE (2021d).

A Sondagem identificou aumento no número de empregados (52,1 pontos) na passagem de agosto para setembro deste ano (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021b). Este é o 15º mês seguido que o indicador não fica abaixo dos 50 pontos, o que significa que não houve redução no emprego durante esse período. Este comportamento foi acompanhado pela estabilidade na UCI (Utilização da Capacidade Instalada), que se manteve em 72% em setembro. Este percentual foi o mesmo de setembro de 2020 e superou os registrados em igual mês, entre 2015 e 2019. Assim, pode ser interpretado como um cenário de busca por recuperação, superando em 4 p.p. o nível pré-crise (68%, em fevereiro de 2020).

A partir dos resultados relativamente estáveis, as percepções dos empresários com as condições financeiras das empresas industriais apresentaram leve piora, na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2021. O indicador relativo à margem de lucro operacional caiu de 47,6 para 47,3 pontos, ainda mais abaixo da linha divisória de 50 pontos, indicando insatisfação dos empresários. O indicador relativo à situação financeira da empresa saiu de 52,1 para 51,7 pontos, apontando que os empresários ficaram menos satisfeitos neste quesito análise.

A pesquisa identificou ainda maior dificuldade no acesso ao crédito no terceiro trimestre de 2021. O indicador de facilidade de acesso ao crédito passou de 43,1 para 42,0 pontos. Conforme a CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021a), apesar da queda, o indicador está acima da média histórica de 39,7 pontos. Mas reforça que o acesso ao crédito é uma questão relevante, principalmente em um contexto de reestruturação das empresas, que vem ocorrendo em decorrência da pandemia.

Os principais problemas apontados pela indústria, relativos ao terceiro trimestre do ano, refletiram ainda as dificuldades consequentes da pandemia de Covid-19. Destacou-se, em primeiro lugar (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021a), a falta ou alto custo da matéria-prima. Citado por 62,4% dos participantes, este é o quinto trimestre consecutivo em que esse problema é o mais citado pelos empresários industriais. Na segunda posição, aparece a elevada carga tributária com 34,6% de citações. Em seguida, ganhando força frente ao trimestre anterior, encontram-se a taxa de câmbio (24,9% das menções) e a falta ou alto custo da energia (24,7% das assinalações). A demanda interna insuficiente, escolhida em 19,4% das citações, apresentou pequena queda em relação ao trimestre anterior.

Todos os índices de expectativas registraram perdas de intensidade em outubro de 2021, mas continuam mantendo o otimismo para os próximos seis meses (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021b): expectativa de demanda (de 59,7 pontos para 57,1); expectativa de quantidade exportada (de 54,6 para 53,5); de compras de insumos e matérias-primas (de 57,2 para 54,8), e a de número de empregados (de 54,2 para 52,5). O índice de intenção de investimento também recuou no período (de 58,5 para 57,9), mas em se mantendo acima da linha divisória de 50 pontos e de sua média histórica, indica que há intenção em investir.

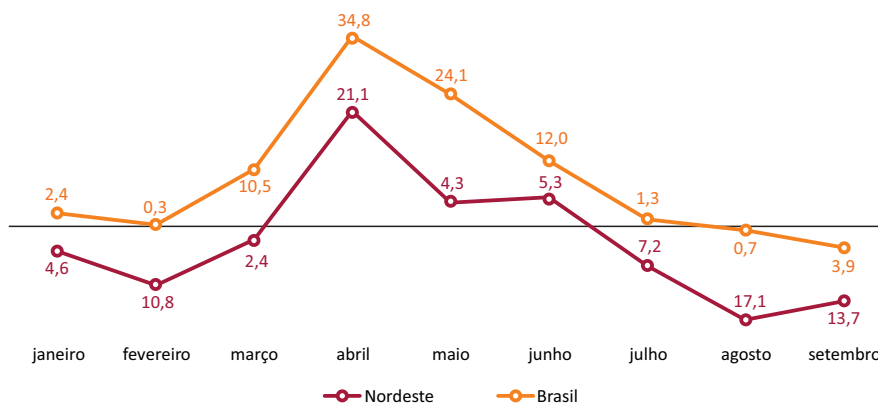
3.2 Atividade Industrial Nordeste

No Nordeste, o nível de atividade industrial no mês de setembro, em relação ao mês anterior, foi de crescimento (+3,5%). No entanto, observou-se retração em praticamente todas as comparações interanuais: -13,7%, frente a setembro de 2020; -12,8%, no terceiro trimestre de 2021; -4,4% no acumulado do ano até setembro, e -2,5% na taxa anualizada, de 12 meses até setembro.

Nesse contexto, a indústria regional se encontra aquém do nível pré-pandemia, tendo produzido 17,9% a menos do que o realizado em fevereiro de 2020.

Na comparação mês a igual mês do ano anterior, é possível acompanhar a evolução da produção industrial regional, ao longo desse ano. O Gráfico 1 mostra que o Nordeste esteve aquém do desempenho nacional em todos os meses de 2021. No resultado acumulado, de janeiro a setembro de 2021, a indústria da Região apresentou retração (-4,4%), na contramão da média do País que cresceu +7,6%.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento da produção industrial mensal e acumulada (%) – Nordeste e Brasil – janeiro a setembro de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



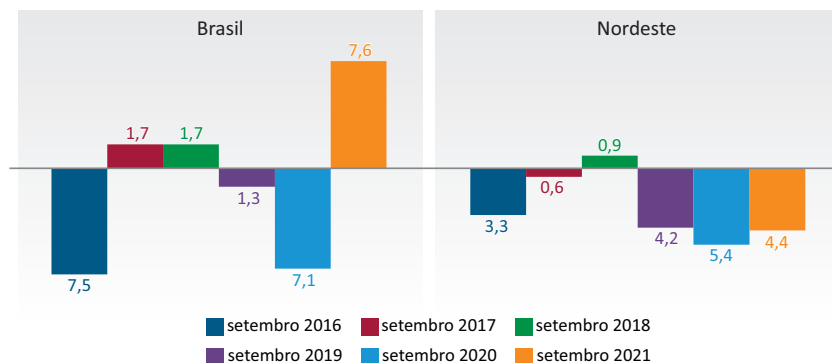
Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

Complementando a avaliação dos resultados do período, o Gráfico 2 apresenta uma comparação dos desempenhos de iguais intervalos, em diferentes anos (acumulado de janeiro a setembro, de 2016 a 2021). No caso do Nordeste, observa-se que, em 6 anos, os três mais recentes foram os de maiores perdas industriais, -4,2%, -5,4% e -4,4%, entre 2019 e 2021, respectivamente. Adicionalmente, verifica-se que, durante os 6 anos, essa taxa mostrou resultado positivo apenas uma vez, em 2018 (+0,9%). Isto se configura, de fato, em um período prolongado de perdas. De forma agravante, o atual resultado regional (-4,4%), ficou na contramão do desempenho nacional que registrou crescimento de +7,6%, frente a igual período de 2020, quando os efeitos da pandemia sobre a produção industrial se mostraram severos (-7,1%, no Brasil e -5,4%, no Nordeste).

O desempenho regional continua sendo influenciado pelos efeitos da pandemia que dificultam a retomada do setor. Conforme avaliação do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021f) e do IEDI (INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2021), a indústria do País e da Região enfrenta desabastecimento e aumento no preço de certas matérias-primas, além de elevada taxa de desemprego e inflação crescente que diminuem o poder de compra das famílias. Somam-se ao cenário, a crise hídrica e energética e a incerteza relacionada ao fornecimento destes insumos.

Tudo isso impacta na cadeia produtiva e inibe a atuação de produtores e consumidores, que registraram redução em seus índices de confiança no mês de outubro.

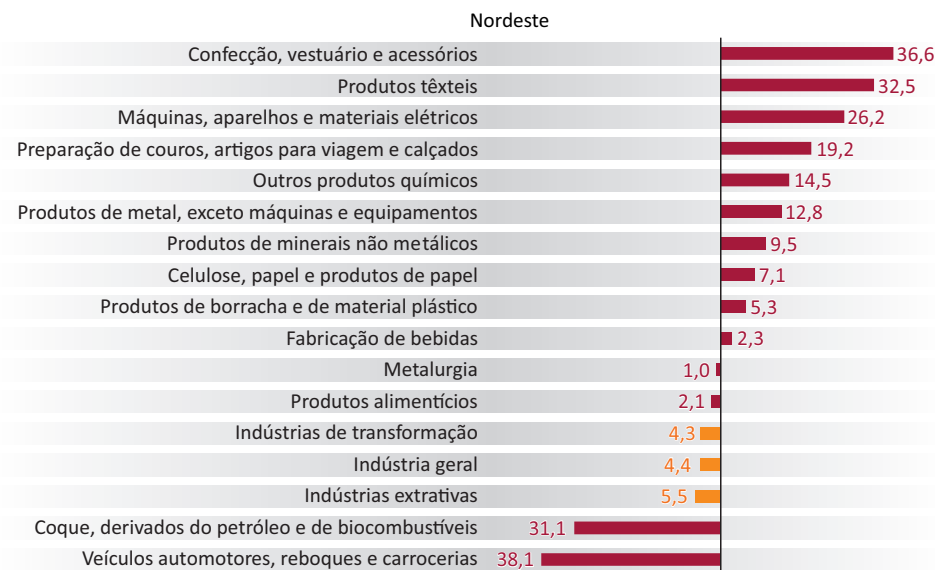
Gráfico 2 – Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – acumulado de janeiro a setembro, dos anos de 2016 a 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

No caso do Nordeste, estas adversidades são agravadas pelas dificuldades observadas em setores específicos e de peso na estrutura produtiva local (Gráfico 3), como o encerramento de atividades no segmento de veículos automotores (-38,1%) e paralizações no setor de derivados do petróleo (-31,1%).

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – acumulado janeiro a setembro de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

Além das citadas retrações, a indústria de transformação regional que fechou negativamente o acumulado dos nove primeiros meses do ano (-4,3%), registrou recuo em outras duas atividades: alimentos (-2,1%) e metalurgia (-1,0%). Porém, dentre suas 14 atividades pesquisadas, 10 tiveram avanço, com destaque para confecção e acessórios (+36,6%), produtos têxteis (+32,5%), máquinas e materiais elétricos (+26,2%), e couro, artigos para viagem e calçados (+19,2%). A indústria extrativa também assinalou redução (-5,5%).

Dentre os resultados encontrados para o Nordeste, a pesquisa “Sondagem Industrial”, da CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2021b), identificou que houve elevação no número de empregados no setor industrial, na passagem de agosto para setembro. Tal crescimento é apontado a partir de seu índice, que ficou em 52,1 pontos, portanto acima da linha divisória dos 50 pontos, pelo

terceiro mês consecutivo. Este resultado refletiu na utilização da capacidade instalada (UCI) que subiu 1 ponto percentual (p.p.) de 71%, em agosto, para 72%, em setembro de 2021. Neste patamar, a indústria regional supera o nível da capacidade utilizada antes da pandemia (69%, em fevereiro de 2020).

Quanto aos índices de expectativa para os próximos seis meses, todos registraram redução, na passagem de setembro para outubro (CNI, 2021b), expressando menor percepção de otimismo pelo empresário regional: expectativa de demanda (de 60,8 para 58,6); quantidade exportada (de 56,8 para 52,4); compra de matérias-primas (de 58,0 para 55,3), e número de empregados (de 54,3 para 52,2). Esta moderação no otimismo pode ser explicada, em parte, pela escalada da inflação e perda de dinamismo das atividades produtivas, ao longo do ano, apesar das medidas de flexibilização do isolamento social; pelos atrasos e indefinições relativos aos programas governamentais de combate à pandemia, bem como pela renda/ massa salarial retraída, apesar da melhoria nos dados de emprego. Já o índice de “intenção de investimento” subiu de 56,8 para 57,1 pontos, mas ainda se encontra 1,4 p.p. abaixo do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020 (58,5 pontos).

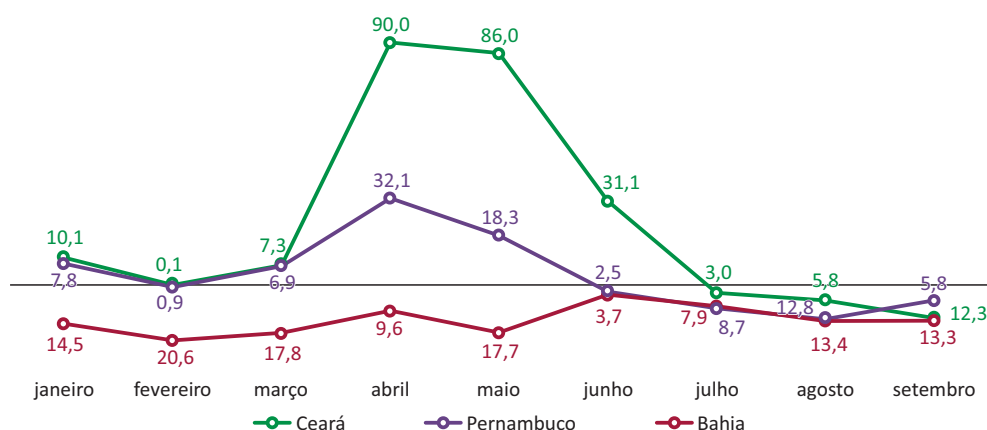
Por sua vez, os índices que medem a percepção quanto às condições financeiras das empresas industriais tiveram leve aumento e/ou estabilidade na passagem do segundo para o terceiro trimestre desse ano, mas ainda não expressam satisfação por parte dos empresários da Região: lucro operacional (de 45,8 para 47,0 pontos), situação financeira (se manteve em 50,1) e dificuldade de acesso ao crédito (de 39,6 para 40,0 pontos).

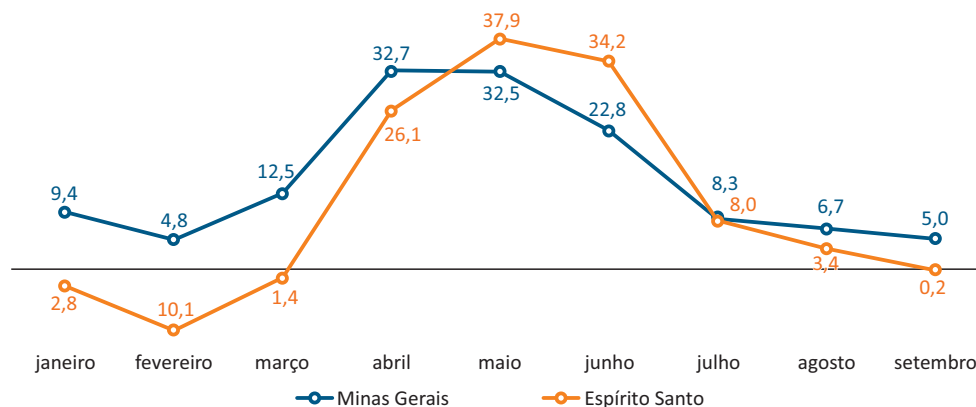
3.2. Atividade Industrial nos Estados da área de atuação do BNB

O nível de atividade industrial assinalou crescimento em apenas 6 dos 15 locais pesquisados no País, na passagem de agosto para setembro de 2021, conforme aponta a pesquisa do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021e). Dentre eles, registrando a primeira, segunda e terceira maiores taxas estão, respectivamente, Pernambuco (+3,9%), Bahia (+3,7%), e Região Nordeste (+3,5%). Os demais Estados que fazem parte da área de atuação do BNB, e que são divulgados pela Pesquisa, assinalaram menor dinamismo: Espírito Santo (+0,2%), Minas Gerais (-0,2%), e Ceará (-4,4%).

Contudo, no confronto interanual, estes resultados divergem, diante de diferentes dinâmicas econômico-industriais observadas nos Estados. O Gráfico 4 mostra o desempenho mensal dos Estados em questão, frente a igual mês do ano anterior, de modo que se pode acompanhar como estes evoluíram ao longo do ano. Observa-se que os 3 Estados do Nordeste apresentaram retração em todos os meses do terceiro trimestre.

Gráfico 4 – Taxa de Crescimento Mensal da Produção Industrial – Estados da área de atuação do BNB – janeiro a setembro de 2021 (Base: igual mês do ano anterior)

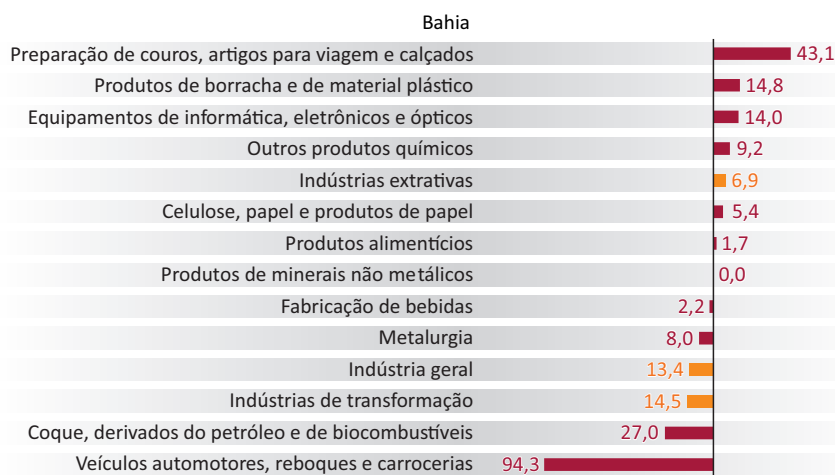




Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

Cabe salientar que além dos efeitos econômicos da pandemia que persistem, a Região Nordeste vem passando por dificuldades em setores específicos que têm agravado seu desempenho. Estas se deram mais intensamente no Estado da Bahia que apresentou retração em todos os meses do ano e intensificou as perdas na passagem do segundo para o terceiro trimestre (de -10,4% para -11,6%). No acumulado até setembro (-13,4%), teve a maior retração do País, com recuos expressivos em veículos automotores (-94,3%), derivados do petróleo e biocombustíveis (-27,0%), metalurgia (-8,0%) e bebidas (-2,2%). Estes resultados conduziram a uma redução significativa na indústria de transformação (-14,5%). Por outro lado, houve crescimento na indústria extrativa (+6,9%).

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Bahia – acumulado janeiro a setembro de 2021 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

O Ceará apresentou forte perda de dinamismo na evolução trimestral do ano (saíndo de +62,4% no 2º trimestre para -7,2%, no terceiro), registrando taxas cada vez mais negativas na sequência dos meses do 3º trimestre de 2021 (Gráfico 4). Contudo, na taxa acumulada até setembro (+11,9%) que reflete apenas a indústria de transformação (+11,9%), o Ceará logrou crescimento e apresentou retração em apenas 2 de suas 11 atividades (Gráfico 6): alimentos (-11,5%) e derivados do petróleo (-14,5%). Positivamente se destacaram: têxteis (+64,7%), confecção e vestuário (+44,9%), máquinas e aparelhos elétricos (+28,0%), e couro e calçados (+23,9%).

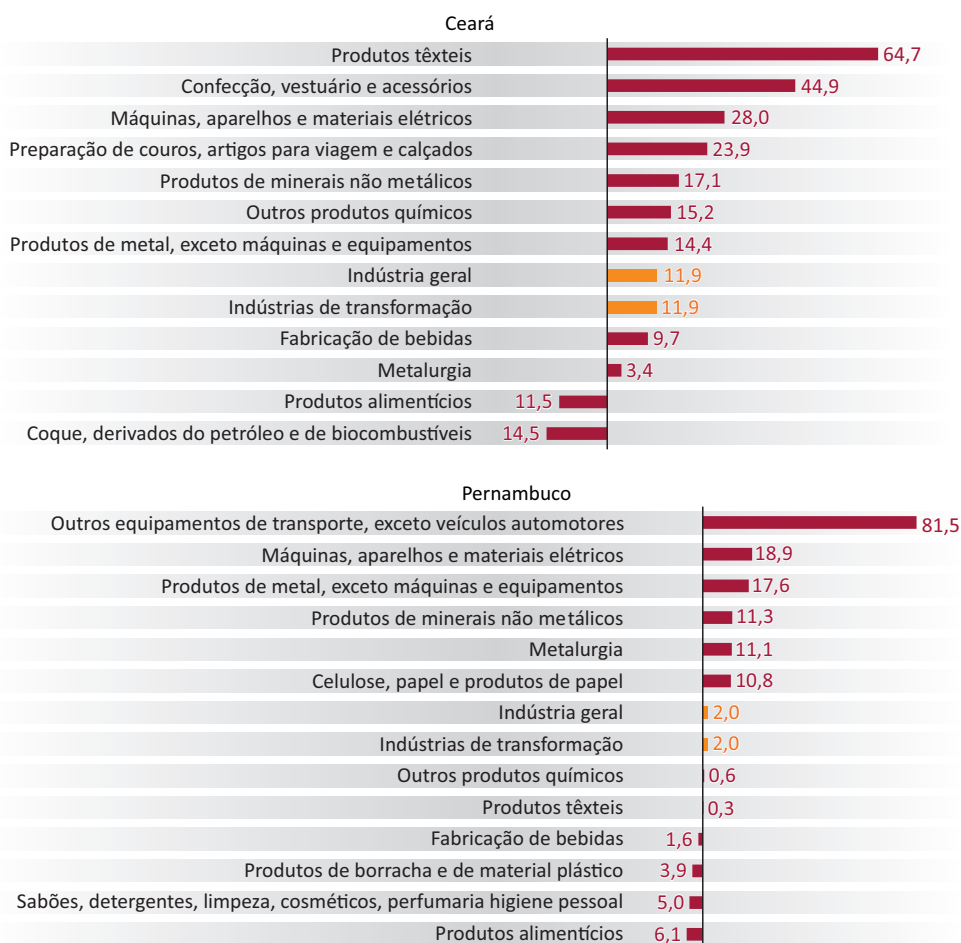
Pernambuco vem observando recuo mensal desde junho de 2021 e fechou o 3º trimestre com decréscimo de -9,0%, primeiro trimestre negativo do ano. No acumulado até setembro, no entanto, tendo em vista os resultados positivos nos meses anteriores, concluiu o período com crescimento (+2,0%). Repercutindo apenas a indústria de transformação (+2,0%), mostrou desempenho acumulado positivo em 8 das 12 atividades, com destaque para outros equipamentos de transporte (+81,5%), máquinas e

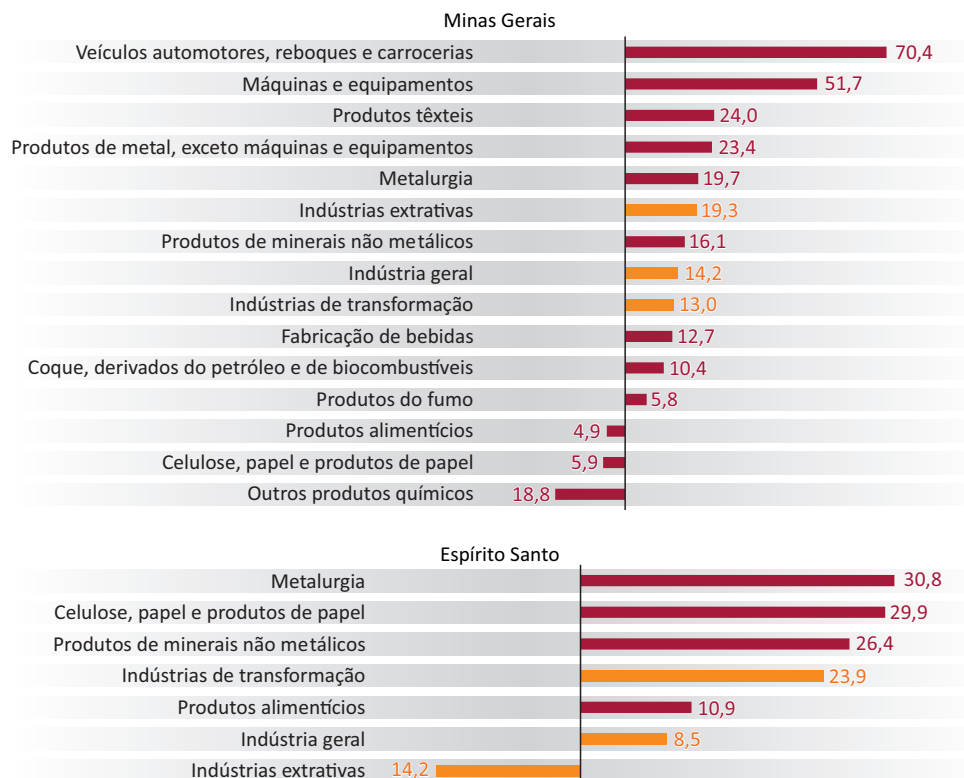
aparelhos elétricos (+18,9%) e produtos de metal (17,6%). Dentre os recuos estão a indústria de alimentos (-6,1%) e Sabões, limpeza e cosméticos (-5,0%).

Minas Gerais registrou taxas positivas em todos os meses deste ano, frente a iguais meses de 2020 (Gráfico 4) e fechou o semestre (+14,2%) com crescimento tanto na indústria extrativa (+19,3%), quanto na de transformação (+13,0%). Conforme aponta o Gráfico 6, se destacou em: veículos automotores (+70,4%) e máquinas e equipamentos (+51,7%), mas registrou perdas na indústria de alimentos (-4,9%), celulose e papel (-5,9%) e outros produtos químicos (-18,8%).

Espírito Santo que vinha mostrando elevado crescimento mensal desde abril de 2021 (Gráfico 4), registrou leve redução em setembro (-0,2%), mas fechou o trimestre positivamente (+3,7%). No acumulado do ano (+8,5%) apontou taxa negativa apenas na indústria extrativa (-14,2%) e crescimento em todas as atividades pesquisadas da indústria de transformação (+23,9%).

Gráfico 6 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Estados selecionados na área de atuação do BNB – acumulado de janeiro a setembro de 2021 (Base: igual período do ano anterior)





Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (IBGE, 2021d).

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Sondagem Industrial** Preocupação com insumos e custos de energia prejudicam desempenho da Indústria. CNI, Ano 24, Número 9, Setembro de 2021. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/a0/06/a0066065-28a5-4fef-83f8-af0dd93ee223/sondageminidustrial_setembro2021.pdf. Acesso em: 30.11.2021a.

_____. **Sondagem Industrial. Série Recente Setembro/2021**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondagem-industrial/>. Acesso em: 30.11.2021b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Set. 2021. IBGE, novembro de 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2021_set.pdf. Acesso em: 26.11.2021a.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil** - PIM-PF - Dez. 2021. IBGE, fevereiro de 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/228/pim_pfbr_2020_dez.pdf. Acesso em: 26.11.2021b.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Brasil. Tabela 3651** - Produção Física Industrial, por grandes categorias econômicas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3651>. Acesso em: 26.11.2021c.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física. Tabela 3653** - Produção Física Industrial, por seções e atividades industriais. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3653>. Acesso em: 06.12.2021d.

_____. **Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física Regional** - PIM-PFR - Set. 2021. IBGE, novembro de 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2021_set.pdf. Acesso em: 06.12.2021e.

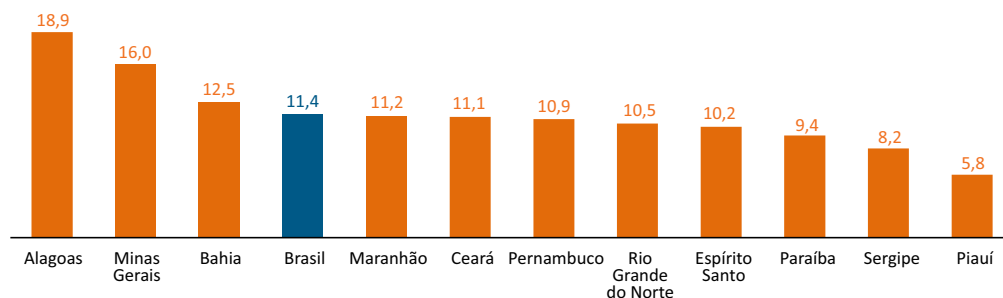
_____. Indústria tem queda em 9 dos 15 locais pesquisados em setembro. **Agência Notícias IBGE.** Indústria regional, 10.11.2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32155-industria-tem-queda-em-9-dos-15-locais-pesquisados-em-setembro>. Acesso em: 06.12.2021f.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Análise IEDI Indústria: Ainda sem mudança.** São Paulo, 04/11/2021. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20211104_industria.html. Acesso em: 30.11.2021.

4 Setor de Serviços

Conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de serviços nacional cresceu 11,4% no acumulado do ano até setembro de 2021, como pode ser visto no Gráfico 1. No acumulado dos últimos 12 meses, finalizados em setembro de 2021, o crescimento foi de 6,8%. Na comparação interanual do mês de setembro, o volume de serviços registrou crescimento de 11,4%, enquanto na análise da série dessazonalizada, quando comparado setembro de 2021 em relação a agosto do mesmo ano, houve retração de 0,6%.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e estados selecionados ⁽¹⁾.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Nota (1): Variação acumulada de janeiro/2021 a setembro/2021.

Em relação aos grupos de atividades pesquisadas, como pode ser visto na Tabela 1, os destaques foram: Serviços prestados às famílias (+16,4%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+15,9%), Serviços de informação e comunicação (+9,5%), Outros serviços (+8,6%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (+7,8%), todos com desempenho positivo no acumulado do ano de 2021.

Tabela 1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e estados selecionados ⁽¹⁾

Atividades e Subatividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	16,4	2,9	45,8	48,4	7,6	23,0
Serviços de alojamento e alimentação	18,9	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	4,5	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	9,5	8,0	3,3	0,4	3,9	3,6
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	9,4	-	-	-	-	-
Telecomunicações	0,5	-	-	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	24,5	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	10,6	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	7,8	8,0	8,7	4,4	15,3	8,9
Serviços técnico-profissionais	14,5	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	5,2	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	15,9	24,1	10,5	17,2	24,8	12,9
Transporte terrestre	15,5	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	13,4	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	36,4	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	13,6	-	-	-	-	-
Outros serviços	8,6	0,2	5,7	3,9	41,9	5,9
Total	11,4	11,1	10,9	12,5	16,0	10,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Notas (1): Variação acumulada de janeiro/2021 a setembro/2021. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Quanto às subatividades de serviços no País, destacaram-se positivamente: Transporte aéreo (+36,4%), Serviços de Tecnologia da Informação (+24,5%), Serviços de alojamento e alimentação (+18,9%) e Transporte terrestre (+15,5%). As subatividades de Telecomunicações (+0,5%), Outros serviços prestados às famílias (+4,5%), Serviços administrativos e complementares (+5,2%), Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) (+9,4%) registraram crescimento positivos, mas abaixo da média nacional (+11,4%), conforme verificados na Tabela 1.

Observando o acumulado do ano, o volume de serviços cresceu em todos os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. Registraram variação positiva acima da média nacional (+11,4%): Alagoas (+18,9%), Minas Gerais (+16,0%) e Bahia (+12,5%). Os estados com os desempenhos abaixo da média nacional foram: Piauí (+5,8%), Sergipe (+8,2%) e Paraíba (+9,4%), de acordo com o Gráfico 1.

O IBGE analisa os grupos de atividades do setor de serviços para cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, ocorreram resultados positivos em todos os grupos pesquisados: Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+24,1%), Serviços de informação e comunicação (+8,0%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (+8,0%) e Serviços prestados às famílias (+2,9%), e Outros serviços (+0,2%). Em Pernambuco, todos os grupos apresentaram expansões: Serviços prestados às famílias (+45,8%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+10,5%), enquanto Serviços profissionais, administrativos e complementares (+8,7%), outros serviços (+5,7%) e Serviços de informação e comunicação (+3,3%) registraram crescimento abaixo da média estadual, como especificado na Tabela 1.

Na Bahia, serviços prestados às famílias (+48,4%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+17,2%) cresceram bem acima da média estadual. Por outro lado, Serviços de informação e comunicação (+0,4%) registrou baixo crescimento ao longo do ano. Em Minas Gerais, os maiores crescimentos ocorreram em Outros serviços (+41,9%) e Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+24,8%), com taxas acima da média nacional. No Espírito Santo, Serviços prestados às famílias (+23,0%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+12,9%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (+8,9%) registraram performances positivas acima da média do Estado. Em contraste, Serviços de informação e comunicação (+3,6%) e outros serviços (+5,9%) apresentaram taxas abaixo da média estadual (Tabela 1).

5 Varejo

De acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista nacional registrou um crescimento de 3,9% no acumulado do ano até setembro de 2021, onde esse mesmo resultado foi verificado também no acumulado dos últimos 12 meses encerrados no mesmo mês.

No que concerne ao comércio varejista, comparativamente ao mês de setembro de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, observa-se uma retração de 5,2%. Já no mês de setembro de 2021, comparativamente ao mês de agosto de 2021, na série com ajuste sazonal, verifica-se uma queda de 1,1%. A explicação desse comportamento deve-se à forte pressão inflacionária que a economia brasileira vem sofrendo nos últimos meses, atrelada à trajetória de aumento da taxa de juros Selic, o que reduz o consumo das famílias.

Tabela 1 – Indicadores de Volume do Comércio Varejista, segundo Brasil e Unidades da Federação – Variação (%).

Brasil e Estados	Índices	Set 21/Ago 21 (*)	Set 21/Set 20	Acumulado do ano até Set 21	Últimos 12 meses até Set 21
Brasil	Varejo Restrito	-1,1	-5,2	3,9	3,9
	Varejo Ampliado	-1,0	-4,0	8,1	7,0
Maranhão	Varejo Restrito	-2,8	-12,3	1,4	4,6
	Varejo Ampliado	-3,6	-11,5	6,9	9,1
Piauí	Varejo Restrito	-3,0	-4,6	16,5	16,6
	Varejo Ampliado	-2,8	-3,9	20,6	18,7
Ceará	Varejo Restrito	-2,4	-10,7	-0,8	0,4
	Varejo Ampliado	1,4	0,3	10,5	8,7
Rio Grande do Norte	Varejo Restrito	-3,4	-8,2	2,0	2,1
	Varejo Ampliado	-1,5	-6,5	5,7	4,7
Paraíba	Varejo Restrito	-1,3	-10,2	-1,0	-0,7
	Varejo Ampliado	-0,2	-4,0	6,6	6,1
Pernambuco	Varejo Restrito	-0,4	-3,9	6,2	6,5
	Varejo Ampliado	2,9	13,9	22,0	18,2
Alagoas	Varejo Restrito	-2,9	-8,9	2,2	3,3
	Varejo Ampliado	-2,6	-4,9	8,5	7,9
Sergipe	Varejo Restrito	-3,0	-11,9	-0,1	0,8
	Varejo Ampliado	-0,7	-3,3	11,4	10,1
Bahia	Varejo Restrito	-3,0	-9,3	5,2	3,7
	Varejo Ampliado	-0,4	0,4	12,1	7,8
Minas Gerais	Varejo Restrito	-1,4	-5,5	5,7	6,1
	Varejo Ampliado	-1,7	-2,1	8,6	8,3
Espírito Santo	Varejo Restrito	-0,9	4,2	9,1	9,4
	Varejo Ampliado	-3,2	-0,7	17,5	15,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

* Com ajuste sazonal.

Dentre os estados especificados na Tabela 1, todos registraram taxas negativas de crescimento para o volume de vendas referentes ao mês de setembro, comparativamente ao período imediatamente anterior, efetuados os ajustes sazonais. Apenas os estados de Pernambuco e Espírito Santo apresentaram taxas abaixo da média nacional (-1,1%), com declínios de 0,4% e 0,9%, respectivamente. O Estado do Rio Grande do Norte

apresentou a maior queda na comparação com os demais estados, caindo 3,4% no mês de setembro. Os estados da Bahia, Sergipe e Piauí registraram, cada um, uma queda de 3,0% no mês de setembro.

O varejo ampliado nacional, que inclui a comercialização de Veículos, motocicletas, partes e peças e materiais de construção, registrou crescimento de 8,1% no volume de vendas para o acumulado do ano até setembro de 2021. Já no acumulado dos últimos 12 meses registrou-se um crescimento de 7,0%. Contudo, em comparação com a série do mês de setembro de 2021, frente ao mês de agosto de 2021, com ajuste sazonal, verificou-se uma queda de 1,0%, enquanto no comparativo interanual do mês de setembro de 2021, observou-se uma queda de 4,0%, demonstrando que as atividades de vendas de veículos e material de construção também vêm sofrendo os impactos da alta inflacionária dos últimos meses.

Em contraste com o verificado no varejo restrito, no ampliado, na comparação de setembro de 2021 com relação a agosto de 2021, observou-se crescimento no volume de vendas para dois estados, Pernambuco e Ceará, com variações positivas de 2,9% e 1,4%, respectivamente. Em contrapartida, Paraíba, Bahia e Sergipe apresentaram desempenhos um pouco melhores que a média nacional, ainda assim, com declínios de 0,2%, 0,4% e 0,7%, respectivamente. Os estados do Maranhão (-3,6%) e Espírito Santo (-3,2%) apresentaram as maiores quedas para o mês de setembro, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 2 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e estados selecionados ⁽¹⁾

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Comércio varejista	3,9	-0,8	6,2	5,2	5,7	9,1
Combustíveis e lubrificantes	2,9	12,6	10,1	5,5	3,5	21,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,9	-8,0	-10,0	-9,0	0,0	0,4
Hipermercados e supermercados	-2,5	-7,1	-11,8	-8,7	-0,3	0,9
Tecidos, vestuário e calçados	24,1	9,0	29,0	41,4	15,2	39,0
Móveis e eletrodomésticos	-0,9	1,0	-18,6	9,1	-4,6	-2,5
Móveis	4,7	4,6	-7,9	3,3	30,4	-15,6
Eletrodomésticos	-3,1	-2,6	-21,8	12,3	-12,4	0,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,2	5,5	37,1	15,1	22,2	18,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	-19,4	-28,2	8,0	-24,5	-10,2	-8,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,3	5,5	-6,8	10,4	-6,7	54,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	22,2	0,0	24,8	24,1	26,1	38,3
Comércio varejista ampliado	8,1	10,5	22,0	12,1	8,6	17,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	21,5	35,8	73,2	48,2	22,4	31,3
Material de construção	9,7	24,2	5,8	-10,0	7,6	9,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2021). Nota (1): Variação acumulada no ano de janeiro/2021 a setembro/2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

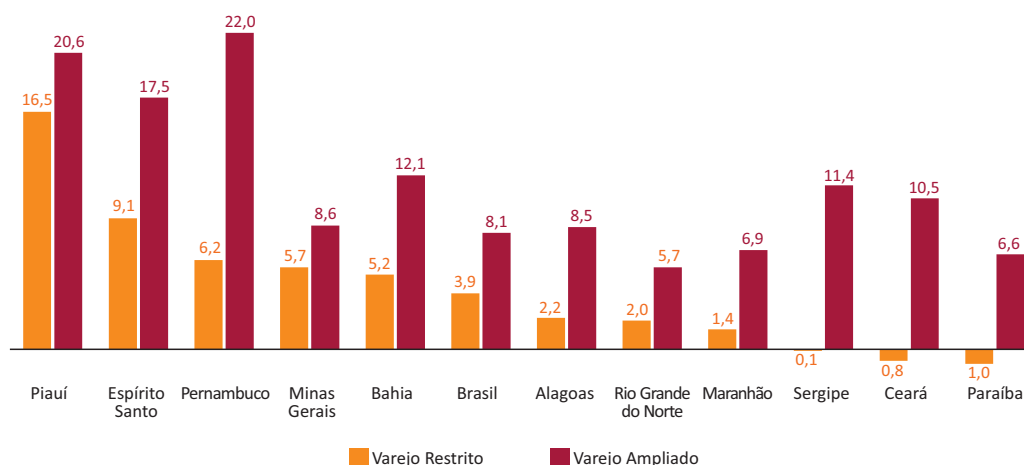
A partir da análise dos dez grupos de atividades pesquisadas que compõem o setor para o Brasil (Tabela 2), tomando como base o acumulado do ano de 2021 (janeiro a setembro), registram taxas de variação positiva no volume de vendas as seguintes atividades: Tecidos, vestuário e calçados (+24,1%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+22,2%), Veículos, motocicletas, partes e peças (+21,5%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+12,2%), Material de construção (+9,7%), Combustíveis e lubrificantes (+2,9%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+0,3%). As atividades que apresentaram uma elevação mais considerável, foram aquelas que ficaram mais reprimidas no período de isolamento e que a partir do aumento progressivo da vacinação e da diminuição das barreiras sanitárias e medidas restritivas, puderam retornar com mais intensidade.

Ademais, as atividades Livros, jornais, revistas e papelaria (-19,4%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-2,9%) e Móveis e eletrodomésticos (-0,9%) apresentaram variação negativa. Ainda de acordo com a Tabela 2, o impacto sofrido por essas atividades persiste em razão da situação pandêmica que restringe a circulação de pessoas, mesmo que de maneira menos significativa. O maior impacto percebido foi sobre Livros, jornais, revistas e papelaria, que em razão do isolamento, houve potencialização do consumo via internet, por vídeos e/ou publicações gratuitas. Já o grupo Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, teve a demanda retraída em virtude da inflação que elevou o preço dos produtos, fazendo com que o consumo seja direcionado somente ao essencial com o corte do supérfluo.

Observando os Estados nos quais contam com a presença e atuação do Banco do Nordeste (BNB), sob o viés do comportamento do varejo restrito, a maioria logrou crescimento no acumulado do ano findo em setembro de 2021 (Gráfico 1): Piauí (+16,5%), Espírito Santo (+9,1%), Pernambuco (+6,2%), Minas Gerais (+5,7%), Bahia (+5,2%), Alagoas (+2,2%), Rio Grande do Norte (+2,0%) e Maranhão (+1,4%). Em contrapartida, apenas 3 tiveram desempenho negativo no período: Paraíba (-1,0%), Ceará (-0,8%) e Sergipe (-0,1%).

No que diz respeito ao varejo ampliado nos Estados pertencentes na área de atuação do BNB, todos lograram expansão no índice acumulado do ano: Pernambuco (+22,0%), Piauí (+20,6%), Espírito Santo (+17,5%), Bahia (+12,1%), Sergipe (+11,4%), Ceará (+10,5%), Minas Gerais (+8,6%), Alagoas (+8,5%), Rio Grande do Norte (+5,7%), Maranhão (+6,9%) e Paraíba (+6,6%).

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados ⁽¹⁾



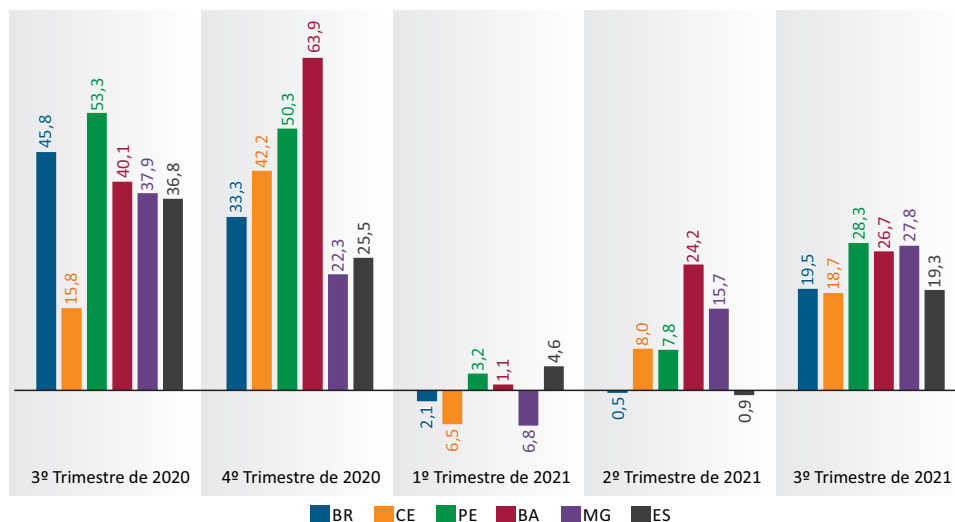
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2021). Nota (1): Variação acumulada no ano de janeiro/2021 a setembro/2021 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

A taxa básica de juros da economia brasileira, Selic, terminou o ano de 2020 fixada em 2,0% ao ano. Porém, no decorrer do ano de 2021, viu-se um aumento acelerado do preço dos produtos, sinalizando um movimento de aumento da inflação no sistema econômico. Com isso, o Banco Central (Bacen) percebeu a necessidade de revisar sua política monetária, refletindo no aumento da taxa básica de juros por várias oportunidades seguidas nas reuniões do Copom desde março de 2021, e sinalizando que a trajetória de aumento ocorrerá no decorrer do ano de 2022, visando ao controle de metas da inflação. Além dessa medida contracionista adotada pela autoridade monetária, tornando o crédito mais caro na economia com o objetivo de combate à inflação, os governos estaduais começaram a flexibilizar as medidas restritivas de isolamento social, ao tempo em que ocorre o avanço vacinal da população, fazendo com que os indivíduos cada vez mais busquem o retorno da vida cotidiana. Tal comportamento vem refletindo no aumento do emprego e poderá refletir no consumo das famílias a partir do aumento da massa salarial.

6 Turismo

As atividades turísticas registraram crescimento de 19,5% no terceiro trimestre de 2021, ante o trimestre imediatamente anterior (Gráfico 1), efetuados os ajustes sazonais. Os dados positivos aparecem após duas quedas consecutivas no decorrer do ano, de 2,1% no primeiro trimestre do ano e de 0,5% no trimestre seguinte. Os demais estados da área de atuação do Banco do Nordeste também apresentaram taxas positivas no terceiro trimestre de 2021 frente ao período imediatamente anterior, com destaque para Pernambuco (+28,3%), Minas Gerais (+27,8%) e Bahia (+26,7%), com crescimentos acima da média nacional.

Gráfico 1 – Variação (%) trimestral móvel do Índice de Volume do IATUR*.

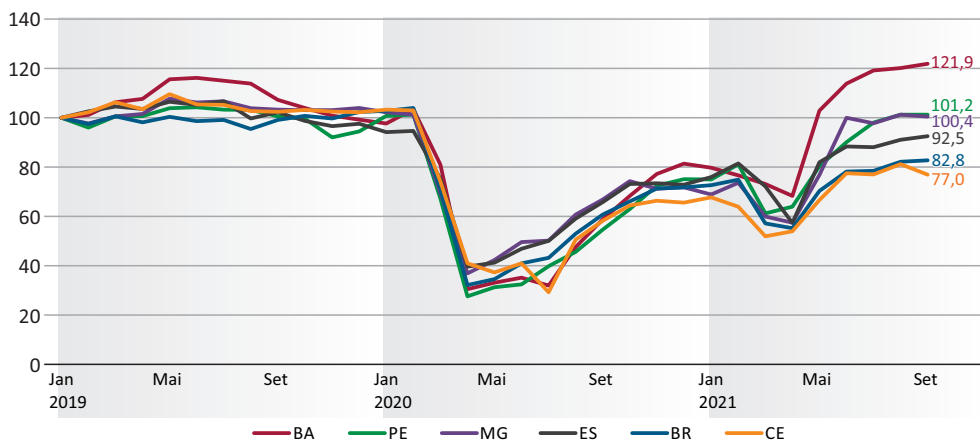


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

* Com ajuste sazonal.

Como pode ser visto a seguir no Gráfico 2, embora as atividades turísticas tenham registrado taxas positivas no terceiro trimestre de 2021, o segmento encontra-se 20,4% abaixo do período da pré-pandemia (fevereiro de 2020). Entre os estados da área de atuação do BNB, apenas a Bahia registrou recuperação de 17,8% acima do patamar de fevereiro de 2020 em suas atividades ligadas ao turismo. Em contraste, Ceará (-25,3%), Espírito Santo (-2,3%) e Minas Gerais (-0,8%) encontram-se abaixo do patamar verificado antes das medidas de isolamento social. Pernambuco apresentou taxa próxima ao patamar pré-pandemia (0,0%), porém, sem grandes alterações.

Gráfico 2 – Volume do setor de serviços - atividades turísticas - Brasil, Nordeste e Estados selecionados - Dados dessazonalizados (2019 = 100)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

A Tabela 1 apresenta as principais taxas de variações derivadas do IATUR para o Brasil e estados selecionados. Observa-se que na comparação de setembro com o mês imediatamente anterior, efetuados os ajustes sazonais, o índice apresentou crescimento de 0,8%, sendo a quinta taxa positiva consecutiva. Entretanto, nota-se arrefecimento no segmento de turismo ao longo do último trimestre, evidenciando o início dos efeitos do aperto monetário derivado da alta dos juros que impacta diretamente o setor. No acumulado do ano, o setor cresce 4,6% e nos últimos doze meses, verificou-se crescimento de 1,0% após sucessivas taxas negativas.

Tabela 1 – Indicadores de Volume das Atividades Turísticas, segundo Brasil e Unidades da Federação – Variação (%).

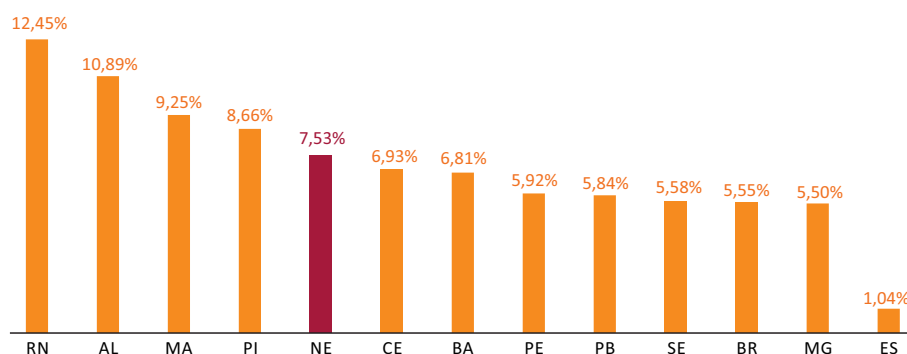
Brasil e Unidade da Federação	Mês/Mês anterior*			Interanual			Acumulado do ano			Últimos 12 meses		
	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET	JUL	AGO	SET
Brasil	0,4	4,6	0,8	82,9	53,8	36,6	13,1	17,7	19,9	-13,3	-5,7	1,0
Ceará	-0,6	5,3	-5,2	118,9	58,5	32,9	6,5	12,6	15,0	-18,8	-10,6	-3,7
Pernambuco	8,9	3,3	0,0	144,8	118,8	86,0	31,9	40,9	45,6	-5,7	7,1	19,0
Bahia	4,7	0,8	1,5	271,1	151,2	104,7	33,2	42,9	48,9	-3,2	9,7	21,3
Minas Gerais	-2,2	3,5	-0,8	94,1	66,6	50,9	17,0	22,9	26,2	-10,3	-2,0	5,7
Espírito Santo	-0,3	3,3	1,6	79,4	52,4	41,4	20,5	24,4	26,5	-7,2	0,8	8,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.
Com ajuste sazonal.

Ainda na Tabela 1, dois estados da área de atuação do BNB, apresentaram taxas positivas na comparação mensal: Espírito Santo (+1,6%) e Bahia (+1,5%). Por outro lado, Ceará (-5,2%) e Minas Gerais (-0,8%) registraram declínio em setembro de 2021. O Estado de Pernambuco não apresentou alteração na comparação com o mês imediatamente anterior. Na variação acumulada do ano, destacam-se os estados da Bahia (+48,9%) e Pernambuco (+45,6%) com os maiores crescimento no País.

Com base nas atividades contidas no IATUR¹, levantou-se o estoque de emprego e a movimentação no mercado de trabalho formal do setor de turismo. Os dados em questão são apresentados no Gráfico 3 e na Tabela 2.

Gráfico 3 – Variação (%) do estoque de empregos das atividades turísticas – Brasil, Nordeste e Estados selecionados ⁽¹⁾.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Novo Caged / Rais.
Notas (1): Variação acumulada entre janeiro/2021 e setembro/2021.

Os empregos formais no segmento de turismo apresentaram crescimento de 5,6% no acumulado de janeiro a setembro de 2021, com criação de cerca de 85 mil novos postos de trabalho. Verifica-se desempenho superior da Região Nordeste (+7,5%) em comparação com a média nacional.

1 Os códigos das atividades foram selecionados com base nas CNAES coletadas pelo IBGE na construção do IATUR. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2021_jun.pdf

No que tange aos estados pertencentes à área de atuação do BNB, todos apresentaram taxas positivas. Da maior variação para a menor, destacam-se o Rio Grande do Norte (+12,5%), Alagoas (+10,9%), Maranhão (+9,2%) e Piauí (+8,7%), estes com desempenho acima da média regional (+7,5%). Os estados de Minas Gerais e Espírito Santo ficaram abaixo da média nacional e da Região Nordeste, com crescimento de 5,5% e 1,0%, respectivamente.

Comparando o estoque de emprego do 3º trimestre de 2021 com o mesmo período do ano anterior, todos os estados apresentaram crescimento, com destaque para Alagoas (+24,0%), Rio Grande do Norte (+23,0%) e Bahia (+19,8%). Na Região Nordeste, foram criados cerca de 21 mil novos postos de trabalhos relacionados as atividades turísticas, correspondendo a 20,6% do total de empregos formais criados em todo o País, do segmento de turismo. Os estados com as maiores contribuições foram a Bahia, com a criação de 5,4 mil novos postos de trabalho, seguida do Ceará e Pernambuco, com o acréscimo de 4,9 mil e 3,6 mil novos postos de trabalho, respectivamente.

Tabela 2 – Movimentação no mercado de trabalho formal do setor de turismo – 3º trimestre de 2020 e 2021

Estados	3º Trim. de 2020			3º Trim. de 2021			var.%
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo	
Alagoas	1.346	1.134	212	3.635	1.772	1.863	24,0%
Bahia	4.097	6.400	-2.303	12.777	7.344	5.433	19,8%
Ceará	4.177	4.464	-287	10.083	5.107	4.976	17,6%
Maranhão	1.531	1.461	70	2.501	1.611	890	16,8%
Paraíba	1.074	1.189	-115	2.715	1.761	954	14,8%
Pernambuco	4.482	5.231	-749	8.768	5.134	3.634	14,0%
Piauí	661	1.109	-448	2.009	1.131	878	14,8%
Rio Grande do Norte	1.566	1.911	-345	4.215	2.384	1.831	23,0%
Sergipe	474	791	-317	1.625	918	707	11,0%
Nordeste	19.408	23.690	-4.282	48.328	27.162	21.166	17,7%
Minas Gerais	13.630	19.519	-5.889	34.741	24.291	10.450	11,5%
Espírito Santo	3.123	3.480	-357	6.500	4.812	1.688	10,1%
Brasil	141.152	197.785	-56.633	341.221	238.420	102.801	12,6%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Novo Caged / Rais.

Notas (1): Dados do Novo Caged com ajuste para o 3º trimestre de 2020 e 2021.

* A variação trimestral do emprego toma como referência o estoque do trimestre do ano anterior, sem ajustes.

A Tabela 3 reúne as informações entre as regiões brasileiras, da quantidade de passageiros em aeroportos por natureza do voo, doméstica ou internacional. Sendo categorizado como doméstico aqueles passageiros que embarcaram em aeroportos nacionais e viajaram para outra localidade dentro do País. A categoria internacional é atribuída àqueles passageiros que embarcaram em aeroportos estrangeiros e tiveram como destino localidades brasileiras.

Tabela 3 – Quantidade de passageiros por natureza em aeroportos – Brasil e Regiões – Acumulado de 2020 e 2021⁽¹⁾.

Brasil e Regiões	Doméstica			Internacional		
	2020	2021	Var. (%)	2020	2021	Var. (%)
Norte	1.914.450	2.781.761	45,3% ▲	32.014	2.595	-91,9% ▼
Nordeste	6.182.322	9.495.625	53,6% ▲	188.474	31.650	-83,2% ▼
Centro-oeste	3.724.607	5.121.479	37,5% ▲	82.543	18.984	-77,0% ▼
Sudeste	12.311.158	16.415.377	33,3% ▲	1.955.675	933.652	-52,3% ▼
Sul	6.582.089	7.690.169	16,8% ▲	685.667	134.981	-80,3% ▼
Brasil	30.714.626	41.504.411	35,1% ▲	2.944.373	1.121.862	-61,9% ▼

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Notas (1): Acumulado do ano de janeiro a setembro.

Em todo o País, os voos de natureza doméstica registraram forte crescimento de 35,1% no acumulado do ano finalizado em setembro de 2021, em comparação com igual período. Essa é a maior taxa registrada na série histórica deste 2010, em que os voos domésticos cresceram 26,2%. O Nordeste foi a região com o maior crescimento de desembarques domésticos, com 53,6% de passageiros neste ano, em comparação com igual período. A Região Sul apresentou a menor taxa de crescimento, em comparação com as demais (+16,8%); contudo, o número de desembarques na Região equivale a 18,5% do total nacional, ficando atrás apenas das regiões Sudeste (39,6%) e Nordeste (22,9%).

Os desembarques internacionais, por outro lado, têm apresentado sucessivos declínios, registrando queda de 61,9% no acumulado do ano de 2021. As regiões mais impactadas foram o Norte (-91,9%), Nordeste (-83,2%) e o Sul (-80,3%). Em grande medida, o desempenho negativo nos voos de natureza internacional pode ser atribuído às medidas impostas, visando ao combate da pandemia, o que restringiu a entrada de passageiros no País.

A maioria dos estados pertencentes à área de atuação do BNB apresentou crescimento no número de passageiros embarcados em voos domésticos no acumulado até setembro de 2021. Como pode ser visto na Tabela 4, ficaram acima da média regional os estados de Alagoas (+73,9%), Pernambuco (+71,8%), Rio Grande do Norte (+59,4%) e Bahia (+55,5%). Apenas o Estado do Espírito Santo, localizado na Região Sudeste, registrou queda no decorrer do ano, com declínio de 2,5% na comparação com o ano imediatamente anterior.

Tabela 4 – Quantidade de passageiros por natureza em aeroportos – Nordeste e estados selecionados – Acumulado de 2020 e 2021.

Estados / Região	Doméstica			Internacional		
	2020	2021	Var. (%)	2020	2021	Var. (%)
Alagoas	371.545	646.264	73,9% ▲	1.472	253	-82,8% ▼
Bahia	1.682.529	2.615.664	55,5% ▲	59.682	9.193	-84,6% ▼
Ceará	1.133.697	1.446.158	27,6% ▲	57.299	11.226	-80,4% ▼
Maranhão	326.471	446.200	36,7% ▲	32	-	-
Paraíba	271.579	398.615	46,8% ▲	230	-	-
Pernambuco	1.603.927	2.756.329	71,8% ▲	57.058	10.978	-80,8% ▼
Piauí	201.557	287.826	42,8% ▲	-	-	-
Rio Grande do Norte	391.192	623.662	59,4% ▲	12.701	-	-
Sergipe	199.825	274.907	37,6% ▲	-	-	-
Nordeste	6.184.342	9.497.646	53,6% ▲	188.474	31.650	-83,2% ▼
Minas Gerais	1.387.122	1.469.193	5,9% ▲	49.856	7.898	-84,2% ▼
Espírito Santo	387.611	377.885	-2,5% ▲	-	-	-

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac.

Apenas quatro estados da Região Nordeste registraram voos de natureza internacional até o terceiro trimestre de 2021. Como visto na Tabela 3, a Região foi a segunda a registrar a maior queda no número de passageiros internacionais no período em análise (-83,2%). O Estado da Bahia apresentou o maior declínio, com 84,6% de passageiros a menos vindos do exterior, seguido de Alagoas (-82,8%), Pernambuco (-80,8%) e Ceará (-80,4%). Os estados do Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe não registraram nenhum voo internacional no ano de 2021. Em relação aos estados da Região Sudeste, apenas Minas Gerais apresentou dados referentes a voos internacionais, com declínio de 84,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

7 Mercado de Trabalho

7.1 Mercado de trabalho formal no Brasil

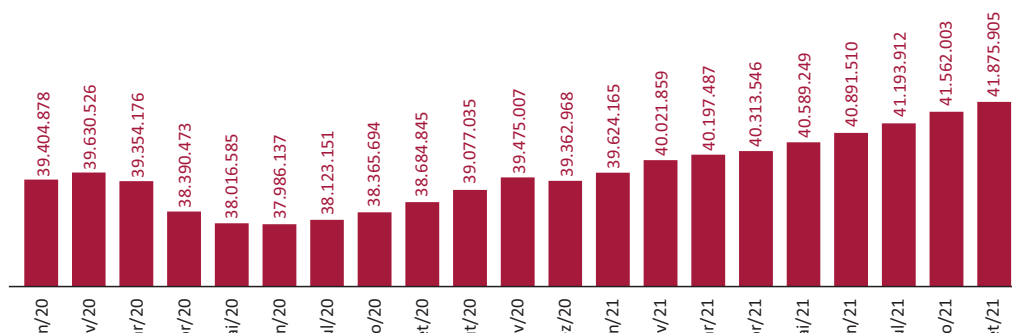
De acordo com dados do Ministério da Economia, os indicadores do mercado de trabalho no território nacional vêm mostrando que sua recuperação está se consolidando em consonância com o avanço da vacinação contra Covid-19, nos resultados de janeiro a setembro de 2021.

O nível de emprego celetista no Brasil seguiu tendência de expansão a partir do segundo semestre de 2020, como mostra o Gráfico 1. Apenas em dezembro de 2020, o estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, regrediu, atingindo 39,3 milhões de empregos. O fato é explicado devido ao aumento dos casos de Covid-19, e, consequentemente, na tentativa de conter a contaminação do vírus em períodos festivos de fim de ano, houve o endurecimento às restrições de isolamento social.

A partir de janeiro de 2021, o estoque de emprego no Brasil contabilizou sucessivos ganhos, chegando a contabilizar 41,8 milhões de empregos no País, em setembro de 2021. Desta forma, o nível de emprego expandiu-se 8,2% em relação ao mesmo período de 2020, e de 6,4% frente a dezembro de 2020, conforme a disposição dos dados do Gráfico 1.

Portanto, para o quarto trimestre de 2021, uma perspectiva de cenário otimista, a estimativa do estoque de emprego seguirá tendência de crescimento, em razão, principalmente, do avanço da completa imunização (1ª e 2ª doses) da população brasileira e, consequentemente, da redução dos novos casos de Covid-19.

Gráfico 1 – Brasil: Evolução mensal do Estoque de emprego1 – janeiro/2020 a setembro/2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged. Nota (1): A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério da Economia.

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões em 2.512.937 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a setembro de 2021. Resultado superior ao obtido do mesmo período de 2020, quando o saldo foi negativo em -602.240 vagas de emprego, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

No País, todos os cinco os grupos das atividades econômicas apresentaram saldo de emprego positivo no acumulado de janeiro a setembro de 2021, de acordo com dados da Tabela 1.

Serviços (+1.068.705 empregos) obteve maior fechamento líquido de postos de trabalho no acumulado dos nove primeiros meses de 2021. O Saldo positivo foi distribuído principalmente nas Atividades Administrativas e Serviços Complementares (+243.353) e Saúde humana e Serviços sociais (+176.368).

No mesmo período, a Indústria nacional também registrou aumento no nível de emprego, ampliando em 545.651 novos postos de trabalho. As quatro subatividades pesquisadas apresentaram saldo positivo, em que a Indústria de transformação (+510.501) obteve significativa contribuição na formação de novos postos de trabalho, com destaque na geração de emprego na Fabricação de produtos alimentícios (+60.659), Confecção de artigos do vestuário (+59.078) e Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+42.358).

Comércio apresentou expansão de +442.240 novos empregos no País, nos primeiros nove meses de 2021. O segmento Comércio Varejista registrou maior saldo, incremento de 442.240 postos de trabalho. Na sequência, tem-se a ampliação do nível de emprego do Comércio Atacadista (+108.723) e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+63.506).

O setor da Construção aumentou o nível de emprego em 261.531 postos de trabalho, no acumulado de janeiro a setembro de 2021. Nesse período, as três subatividades analisadas obtiveram saldo positivo. A subatividade de Serviços especializados para a Construção (+102.827) e Construção de edifícios (+101.317) foram determinantes para o início da retomada do setor da Construção em 2021. A subatividade Obras de infraestrutura (+57.387) também contribuiu com o avanço do setor na formação de novos empregos formais.

No País, o grupo Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi responsável pelo incremento no nível de emprego em 195.467 novas vagas, no acumulado de janeiro a setembro de 2021. No período em análise, o cultivo de soja (+23.574), cana-de-açúcar (+22.565), uva (+9.706), café (+9.349) e criação de bovinos (+28.418) foram as atividades agropecuárias que mais geraram novos empregos. Na produção florestal (+12.739), a Produção de Florestas Plantadas (+7.341) contribuiu de forma significativa para o resultado total do saldo de empregos no setor.

Tabela 1 – Brasil: Evolução do emprego, por atividade econômica – Acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021

Grupamento de Atividades Econômicas	Acumulado do janeiro a setembro de 2020				Acumulado de janeiro a setembro de 2021			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Agropecuária	685.654	582.232	103.422	2,67	838.719	643.252	195.467	12,15
Comércio	2.390.919	2.744.479	-353.560	-3,76	3.365.603	2.923.363	442.240	4,71
Construção	1.188.987	1.088.711	100.276	4,62	1.493.641	1.232.110	261.531	11,50
Indústria	1.893.591	1.898.328	-4.737	-0,06	2.591.365	2.045.714	545.651	7,22
Serviços	4.736.332	5.183.284	-446.952	-76,22	6.587.696	5.518.991	1.068.705	5,77
Não identificado	0	689	-689	-2,39	0	657	-657	
Brasil	10.895.483	11.497.723	-602.240	-1,53	14.877.024	12.364.087	2.512.937	6,38

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Regionalmente, no acumulado de janeiro a setembro de 2021, Sudeste (+1.245.572) e Sul (+478.032) foram as regiões que ressaltaram com maior nitidez o processo de recuperação do mercado de trabalho, que vem se afirmando nos últimos meses de 2021. Na sequência, Nordeste (+393.628), Centro-Oeste (+264.048) e Norte (+132.115) também incrementaram no nível de emprego, apresentando também restabelecimento do mercado de trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil e Regiões: Admitidos, desligados e saldo de emprego - Acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021

Brasil e Regiões	Acumulado do janeiro a setembro de 2020				Acumulado de janeiro a setembro de 2021			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Norte	507.838	475.455	32.383	1,83	668.535	536.420	132.115	7,24
Nordeste	1.420.455	1.529.760	-109.305	-1,72	1.944.678	1.551.050	393.628	6,16
Sudeste	5.672.145	6.127.572	-455.427	-2,23	7.734.704	6.489.132	1.245.572	6,14
Sul	2.286.571	2.368.529	-81.958	-1,11	3.187.680	2.709.648	478.032	6,43
Centro-Oeste	1.008.114	995.577	12.537	0,38	1.341.149	1.077.101	264.048	7,96
Não identificado	360	830	-470	-0,42	278	736	-458	---
Brasil	10.895.483	11.497.723	-602.240	-1,53	14.877.024	12.364.087	2.512.937	6,38

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

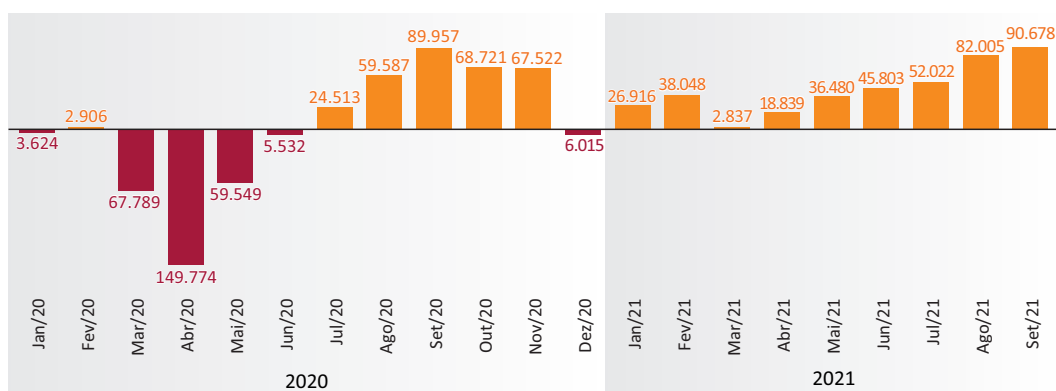
7.2 Mercado de trabalho formal no Nordeste

No Gráfico 2, tem-se a trajetória do saldo de empregos dos meses de 2020 e 2021. Verificou-se que a partir do mês de julho de 2020, inicia-se crescimento do nível do estoque do emprego com carteira assinada na Região, consolidando tendência de recuperação com registros de saldos de empregos positivos nos meses subsequentes. No entanto, em dezembro de 2020, verifica-se quebra dessa tendência de crescimento no nível de emprego, quando o saldo pontuou negativamente na Região, com redução de -6.015 postos de trabalho.

A partir de janeiro de 2021, os dados revelam recuperação e manutenção do ritmo do número de contratações na Região nos nove primeiros meses de 2021, segundo os registros do Ministério da Economia.

Desta forma, mesmo no cenário desafiador frente aos efeitos negativos da pandemia na economia, os nove primeiros meses de 2021 pontuaram saldo positivo, de acordo com dados do Gráfico 2. Neste período, a Região aumentou o nível de emprego em 393.628 novos postos de trabalho. Este quadro de ampliação do estoque de emprego em 2021 é bastante animador, se comparado ao mesmo período de 2020, em que o saldo de emprego foi negativo em -109.305 postos de trabalho, vide Tabela 3.

Gráfico 2 – Nordeste: Evolução do Saldo de Emprego - Janeiro de 2020 a setembro de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De acordo com dados da Tabela 3, verifica-se que o resultado do emprego no acumulado de janeiro a setembro de 2021 deriva da combinação do retorno mais intensivo das atividades dos setores de Serviços e de Comércio, embora todos os setores das atividades econômicas tenham contribuído positivamente no agregado da Região.

Neste período, entre os cinco grupos das atividades econômicas, o desempenho do setor de Serviços (+165.368) foi o mais expressivo. Todas as subatividades de Serviços pontuaram positivamente, com destaque para Informação, comunicação e atividades financeiras (+79.275) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (+42.847).

Comércio (+85.469) foi o segundo setor que obteve o maior saldo no acumulado de janeiro a setembro de 2021. Com a reabertura do Comércio, com foco no marketing digital e atendimento personalizado, ocorreu ampliação das vendas *on line*. Desta forma, o impacto positivo recaiu sobre todas as subclasses do setor, com maior visibilidade no Comércio Varejista (+59.188).

Na Indústria (+70.018), todas as subatividades econômicas responderam positivamente no agregado regional no acumulado de 2021. Mas, as Indústrias de Transformação tiveram papel decisivo na recuperação de empregos do setor, com formação de 59.495 novos postos de trabalho no acumulado de 2021. Entre as subatividades da Indústria de Transformação, devido ao desempenho das atividades, a Fabricação de Calçados (+11.596) e Fabricação de Produtos Alimentícios (+9.286) impulsionaram a geração de emprego na Região.

Construção (+44.866) foi impulsionado com investimentos na Construção de Edifícios, com formação a mais de 26.490 empregos formais na Região no acumulado dos primeiros nove meses de 2021. Os

agrupamentos de Serviços especializados para Construção (+10.221) e de Obras de Infraestrutura (+8.155) também contribuíram com a formação de novos postos de trabalho no agregado regional.

A Agropecuária (+27.907) no Nordeste apresentou saldo de emprego positivo no acumulado de 2021, com forte atuação do setor agrícola (+24.791). Na Pecuária (+1.251), registrou maior saldo de emprego na criação de bovinos (+551) e aves (+486). Entre as atividades Agrícolas (+24.791), destacam-se o cultivo de uva (+7.185), manga (+5.228), cana-de-açúcar (+3.447) e melão (+1.694), além da produção florestal (+1.497) e Pesca e Aquicultura (+368).

Tabela 3 – Nordeste: Admitidos, desligados e saldo, por atividade – Acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021

Atividade Econômica	Acumulado do janeiro a setembro de 2020				Acumulado de janeiro a setembro de 2021			
	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)	Admitidos	Desligados	Saldos	Var. (%)
Agropecuária	85.102	71.873	13.229	5,24	104.724	76.817	27.907	10,91
Comércio	311.034	364.226	-53.192	-3,28	454.560	369.091	85.469	5,24
Construção Civil	214.336	203.102	11.234	2,66	264.120	219.254	44.866	10,23
Indústria	233.783	247.977	-14.194	-1,38	316.352	246.334	70.018	6,77
Serviços	576.200	642.582	-66.382	-2,18	804.922	639.554	165.368	5,46
Nordeste	1.420.455	1.529.760	-109.305	-1,72	1.944.678	1.551.050	393.628	6,16

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

7.3 Mercado de trabalho formal nas unidades federativas do Nordeste

Mesmo no cenário adverso frente aos efeitos da segunda onda da pandemia no mercado de trabalho, todos os estados do Nordeste apresentam tendência de recuperação na formação de novos postos de trabalho com carteira assinada, nos primeiros nove meses de 2021.

Segundo o Ministério da Economia, Bahia e Ceará estão entre os dez maiores em saldos de empregos gerados entre as 27 Unidades Federativas do País. Bahia com formação de 109.999 novos postos de trabalho obteve sétima posição, e, Ceará com geração de 75.376 novos postos de trabalho consolida em nono lugar no País, conforme dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Estados do Nordeste: Saldo de emprego - janeiro a setembro de 2020 e 2021

Estados do Nordeste	Janeiro a setembro de 2020		Janeiro a setembro de 2021	
	Saldos	Var. (%)	Saldos	Var. (%)
Maranhão	13.118	2,72	31.887	6,36
Piauí	-5.639	-1,89	20.701	6,98
Ceará	-19.042	-1,64	75.376	6,43
Rio Grande do Norte	-7.129	-1,65	30.046	6,95
Paraíba	-7.851	-1,90	24.556	5,89
Pernambuco	-30.052	-2,42	70.500	5,70
Alagoas	-5.689	-1,63	20.555	5,82
Sergipe	-11.083	-4,00	10.008	3,66
Bahia	-35.938	-2,10	109.999	6,46
Nordeste	-109.305	-1,72	393.628	6,16

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

De acordo com dados do Caged, todos os setores da atividade econômica ampliaram o nível de emprego nas Unidades Federativas da Região, entre janeiro a setembro de 2021.

Serviços foi o setor que mais gerou novos postos de trabalho, com formação de 165.368 empregos na Região. Nas Unidades Federativas, com relevância significativa, Bahia (+42.598), Ceará (+35.987),

Pernambuco (+30.414) e Maranhão (+14.598) lideram a formação de novos postos de trabalho no acumulado do 2021.

Entre as subatividades, Serviços de saúde humana (+30.713), Serviços de escritório e apoio administrativo (+20.463) e Serviços de alojamento e alimentação (+20.036) foram as que se destacaram no Nordeste. Em Serviços de saúde humana (+30.713), o saldo de emprego foi puxado pela atuação dos Estados da Bahia (+9.619), Ceará (+6.923), Pernambuco (+5.657) e Maranhão (+3.717).

No Comércio (+85.469), impulsionado também pelas atividades da Construção, o ranking na geração de empregos ficou para Bahia (+22.816), Ceará (+13.807), Pernambuco (+12.980) e Piauí (+7.455). Na Região, o Comércio Varejista (+59.188) registrou o maior número de novos postos de trabalho.

A Indústria (+70.018) obteve o terceiro maior saldo positivo de empregos na Região, com nítida recuperação do mercado de trabalho, no acumulado de 2021. Entre as subatividades, Fabricação de Calçados (+12.827), Produtos alimentícios (+9.286) e Confecção de artigos do vestuários e acessórios (+8.057) despontaram na ampliação do nível de emprego. Para os Estados, Bahia (+22.883), Ceará (+15.195), Pernambuco (+13.747) e Rio Grande do Norte (+5.757) sobressaíram na formação de novos postos de trabalho.

Já na Construção, que apresentou saldo de emprego de 44.866 postos no Nordeste, a Bahia (+12.305) lidera na formação de empregos, seguido por Ceará (+9.327), Maranhão (+5.553) e Pernambuco (+4.359). Na Região, Construção de edifícios (+26.490) gerou elevado quantitativo de novos empregos, e em seguida, Serviços especializados para construção (+10.221) e Obras de infraestrutura (+8.155).

A Agropecuária (+27.907) no Nordeste foi impulsionada principalmente pela Produção de Lavouras Permanentes (+14.130, com destaque para o cultivo de uva, +7.185, e manga, +5.228) e Lavouras Temporárias (+7.263, com maior peso do cultivo de cana-de-açúcar, +3.447, melão, +1.694, e soja, +910).

Entre os Estados da Região, Bahia (+9.397), Pernambuco (+9.000) e Maranhão (+2.381) ampliaram o nível de emprego no setor agropecuário, no acumulado do 2021. Quanto à formação de novos empregos da agropecuária na Bahia (+9.397), os destaques estão nos cultivos de manga (+2.630), uva (+2.247), cana-de-açúcar (+427), soja (+444), Atividades de apoio à Agricultura (1.084) e Criação de bovinos (+392), foram determinantes no saldo positivo de emprego na Bahia. Em Pernambuco (+9.000), o cultivo de uva (+5.007), manga (+2.226) e cana-de-açúcar (+836) foram os maiores responsáveis pelo saldo positivo de emprego no Estado. No Maranhão (+2.381), a Produção florestal (+629), Cultivo de cana-de-açúcar (+606) e Atividades de apoio à agricultura e à pecuária (+539) responderam por boa parte da formação dos novos empregos no Estado.

A expectativa para o quarto trimestre de 2021 é que o movimento de reordenamento do emprego se intensifique na medida que avança a vacinação paralelamente a uma base produtiva mais robusta com o avanço das atividades econômicas, assim, devendo ampliar a geração de emprego em todo o território da Região.

Tabela 5 – Estados do Nordeste: Saldo de emprego, por atividade econômica - Acumulado de janeiro a setembro de 2020 e 2021

Estados	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
Maranhão	2.381	7.297	5.553	2.058	14.598
Piauí	1.253	7.455	3.446	3.592	4.955
Ceará	1.060	13.807	9.327	15.195	35.987
Rio Grande do Norte	1.774	6.512	2.862	5.757	13.141
Paraíba	512	6.797	3.656	3.475	10.116
Pernambuco	9.000	12.980	4.359	13.747	30.414
Alagoas	889	4.731	1.840	1.946	11.149
Sergipe	1.641	3.074	1.518	1.365	2.410
Bahia	9.397	22.816	12.305	22.883	42.598
Nordeste	27.907	85.469	44.866	70.018	165.368

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

7.4 Mercado de trabalho formal nas Capitais e Municípios do interior do Nordeste

Entre os municípios do Nordeste, 1.465 apresentaram saldo positivo na geração de emprego, isto, considerando apenas as localidades com mais de 30 mil habitantes.

Em relação ao saldo de empregos nas Capitais, observou-se formação de novos empregos em todas as capitais da Região, no acumulado dos nove primeiros meses de 2021. O total de saldo de empregos gerados pelas capitais do Nordeste foi de 136.942 novos postos de trabalho. Do saldo das capitais do Nordeste, destacam-se os resultados em Fortaleza-CE (+32.855), Salvador-BA (+22.220), Recife-PE (+20.119) e São Luís-MA (+16.786), conforme dados da Tabela 6.

Por sua vez, nos municípios que estão localizados no interior dos estados do Nordeste, foram gerados 256.686 novos postos de trabalho. Vale enfatizar que há uma tendência de maior crescimento de formação de novos postos de trabalho nos municípios do interior. Verificou-se que na Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Sergipe a geração de novos empregos foi maior no agregado dos municípios do interior do que nas capitais.

Tabela 6 – Capitais e Interior do Nordeste: Saldo de emprego por atividade econômica – Acumulado de janeiro a setembro de 2021

CAPITAIS							
UF	Município	Saldos	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
MA	São Luís	16.786	43	2.083	4.182	652	9.826
PI	Teresina	8.613	95	3.494	1.791	1.162	2.071
CE	Fortaleza	32.855	32	4.811	4.426	3.359	20.227
RN	Natal	10.997	15	2.087	411	1.229	7.255
PB	João Pessoa	9.942	45	2.474	2.310	294	4.819
PE	Recife	20.119	185	2.289	1.791	1.832	14.022
AL	Maceió	11.660	208	2.330	1.826	1.578	5.718
SE	Aracaju	3.750	20	1.123	857	-72	1.822
BA	Salvador	22.220	98	3.547	2.073	866	15.636
Total das Capitais		136.942	741	24.238	19.667	10.900	81.396
INTERIOR							
UF	Município	Saldos	Agropecuária	Comércio	Construção	Indústria	Serviços
MA	Interior	15.101	2.338	5.214	1.371	1.406	4.772
PI	Interior	12.088	1.158	3.961	1.655	2.430	2.884
CE	Interior	42.521	1.028	8.996	4.901	11.836	15.760
RN	Interior	19.049	1.759	4.425	2.451	4.528	5.886
PB	Interior	14.614	467	4.323	1.346	3.181	5.297
PE	Interior	50.381	8.815	10.691	2.568	11.915	16.392
AL	Interior	8.895	681	2.401	14	368	5.431
SE	Interior	6.258	1.621	1.951	661	1.437	588
BA	Interior	87.779	9.299	19.269	10.232	22.017	26.962
Total dos municípios do Interior		256.686	27.166	61.231	25.199	59.118	83.972

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

Para o conjunto das localidades do interior do Nordeste, foram gerados 256.686 novos postos de trabalho no acumulado de janeiro a setembro de 2021. Entre os municípios que mais geraram emprego no interior dos Estados, destacam-se: Petrolina-PE (+9.595), Juazeiro-BA (+7.188), Campina Grande-PB (+6.184), Feira de Santana-BA (+5.590), Vitória da Conquista-BA (+5.446), Juazeiro do Norte-CE (+4.895),

Mossoró-RN (+4.211), Caruaru-PE (+4.017), Luís Eduardo Magalhães-BA (+3.577) e Olinda-PE (+3.554), nesta ordem.

Em Petrolina-PE, todos os setores da atividade econômica pontuaram positivamente. A Agropecuária registrou o maior saldo, com geração de 6.255 novos postos de trabalho, com ênfase no cultivo de uva (+3.911) e manga (+1.47). Em seguida, Serviços (+1.455), Comércio (+1.214), Construção (+376) e Indústria (+295) também agregaram ao saldo total do município.

Juazeiro da Bahia gerou 7.188 novos postos de trabalho, com saldo positivo em todos os setores da atividade econômica, no acumulado de janeiro a setembro de 2021. A Agropecuária foi mais atuante no município, com formação de 3.011 novos empregos, com destaque no cultivo de uva (1.433) e manga (+759). Por ordem, Indústria (+2.150), Construção (+948), Comércio (+602) e Serviços (+477).

Em Campina Grande na Paraíba, a geração de emprego foi marcada pela atuação dos setores de Serviços (+3.480) e Comércio (+1.015). Na Indústria (+875), teve participação importante da Fabricação de Calçados, que formou 744 novos empregos. Na Construção (+820), Construção de edifícios (+377) e Serviços especializados para a construção (+322) responderam positivamente ao início da retomada do mercado de trabalho no município.

Tabela 7 – 50 primeiros municípios do interior do Nordeste: Saldo de emprego - Acumulado de janeiro a setembro de 2021

Ordem	UF	Município	Saldos	Var. (%)	Ordem	UF	Município	Saldos	Var. (%)
1º	PE	Petrolina	9.595	14,9	26º	BA	Santo Estevão	1.952	33,1
2º	BA	Juazeiro	7.188	21,0	27º	BA	Porto Seguro	1.903	7,5
3º	PB	Campina Grande	6.184	6,7	28º	PE	Igarassu	1.777	10,2
4º	BA	Feira de Santana	5.590	4,9	29º	CE	Itapipoca	1.751	19,3
5º	BA	Vitória da Conquista	5.446	8,7	30º	MA	Balsas	1.734	10,5
6º	CE	Juazeiro do Norte	4.895	11,1	31º	PE	Goiana	1.632	7,8
7º	RN	Mossoró	4.211	7,8	32º	CE	Horizonte	1.545	9,1
8º	PE	Caruaru	4.017	6,1	33º	CE	Quixeramobim	1.543	18,4
9º	BA	Luís Eduardo Magalhães	3.577	14,9	34º	BA	Jequié	1.490	7,4
10º	PE	Olinda	3.554	5,5	35º	SE	Capela	1.461	45,5
11º	CE	Caucaia	3.293	9,6	36º	BA	Brumado	1.453	11,8
12º	BA	Lauro de Freitas	3.143	2,9	37º	PE	Vicência	1.441	80,4
13º	RN	Parnamirim	3.112	7,9	38º	BA	Itabuna	1.367	3,8
14º	CE	Maracanaú	2.918	5,1	39º	BA	Itapetinga	1.362	10,7
15º	CE	Eusébio	2.850	7,7	40º	PI	União	1.351	37,7
16º	BA	Simões Filho	2.761	8,5	41º	BA	Eunápolis	1.315	7,3
17º	BA	Casa Nova	2.729	39,0	42º	BA	Sobradinho	1.295	121,8
18º	BA	Barreiras	2.702	9,6	43º	MA	Imperatriz	1.265	2,6
19º	PE	Paulista	2.633	8,9	44º	BA	Medeiros Neto	1.224	55,2
20º	BA	Santo Antonio de Jesus	2.524	13,0	45º	PI	Parnaíba	1.185	6,3
21º	AL	Arapiraca	2.425	7,3	46º	PE	Cabo de Santo Agostinho	1.181	3,3
22º	PE	Jaboatão dos Guararapes	2.424	2,7	47º	BA	Alagoinhas	1.177	4,5
23º	PE	Ipojuca	2.083	8,5	48º	PB	Cabedelo	1.174	8,0
24º	PE	Garanhuns	2.067	11,8	49º	PI	Picos	1.162	10,4
25º	MA	Acailândia	2.004	15,7	50º	CE	Brejo Santo	1.091	25,1

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged.

8 Comércio Exterior

8.1 Balança comercial do Brasil

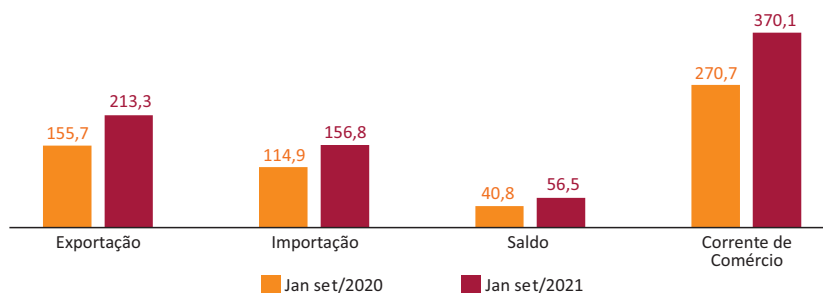
O comércio internacional de mercadorias, após queda de 5,3% registrada no ano passado causada pela disseminação da Covid-19, está voltando a crescer este ano. De acordo com novas projeções da Organização Mundial de Comércio (OMC), divulgadas em outubro, o comércio mundial crescerá 10,8% em 2021, porém alerta que a recuperação econômica está sendo desigual entre os países e que apesar do avanço da vacinação ao redor do mundo, ainda há risco da pandemia além de problemas nas cadeias de suprimento e de transporte.

O comércio externo brasileiro também vem se recuperando, entretanto, o Ministério da Economia reduziu as projeções para o ano de 2021, devido à desaceleração nos preços dos produtos exportados e ao aumento da demanda por combustíveis importados. A nova estimativa, realizada em outubro, prevê que o saldo comercial brasileiro, ainda recorde, alcançará US\$ 70,9 bilhões, menor que os US\$ 105,3 bilhões projetados em julho. As exportações devem atingir US\$ 281 bilhões (alta de 34,3% ante 2020) e as importações, US\$ 210,1 bilhões (+32,3%).

No acumulado de janeiro a setembro deste ano, as exportações do País somaram US\$ 213,3 bilhões, registrando crescimento de 37,0%, comparativamente a mesmo período do ano passado. As importações, aumentaram 36,4%, alcançando US\$ 156,8 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia (Gráfico 1).

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 370,1 bilhões, no acumulado até setembro, contra US\$ 270,7 bilhões, em mesmo período no ano anterior, acréscimo de 38,5%. O saldo da balança comercial atingiu US\$ 56,5 bilhões (US\$ 40,8 bilhões até set/20).

Gráfico 1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio –Jan-set/2021/2020 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/11/2021).

O crescimento das exportações brasileiras ocorreu em todos os setores de atividades econômicas (Tabela 1), entretanto, os destaques foram para o desempenho das vendas da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação.

A Indústria Extrativa, com 29,3% de participação nas exportações totais do País, registrou significativo crescimento nas vendas de 77,4% (+US\$ 27.301,5 milhões) nos nove primeiros meses de 2021, ante mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, do acréscimo de 106,0% nas vendas externas de Minério de ferro e seus concentrados (+US\$ 17.224,7 milhões), beneficiado pelo aumento do preço internacional da commodity mineral. Vale destacar, também, a alta nas vendas de Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (+47,9%, +US\$ 7.333,9 milhões) e de Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+170,8%, +US\$ 1.908,9 milhões).

As vendas de produtos da Indústria de Transformação representaram 49,0% da pauta exportadora, com crescimento de 26,6% (+US\$ 21.956,8 milhões), no período em análise. Os destaques foram as vendas de Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal retangulares (+102,0%, +US\$ 1.958,0 milhões), Outros óleos de petróleo

ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (+38,9%, +US\$ 1.264,4 milhões), Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (+25,2%, +US\$ 1.128,7 milhões) e Carnes de bovino, desossadas, congeladas (+21,8%, +US\$ 1.047,0 milhões).

O setor Agropecuário, responsável por 21,1% das vendas externas, registrou crescimento de 20,9% (+US\$ 7.786,0 milhões), no período em foco. Os destaques foram os aumentos das exportações de Soja (+26,6%, +US\$ 7.183,5 milhões), Café não torrado (+16,6%, +US\$ 562,8 milhões) e Algodão (+27,0%, +US\$ 484,9 milhões).

Tabela 1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - Jan-set/2021/2020 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-set/2021		jan-set/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	45.007,4	21,1	37.221,3	23,9	20,9
Indústria Extrativa	62.571,0	29,3	35.269,5	22,6	77,4
Indústria de Transformação	104.575,6	49,0	82.618,8	53,1	26,6
Outros Produtos	1.128,1	0,5	624,6	0,4	80,6
TOTAL	213.282,1	100,0	155.734,3	100,0	37,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/11/2021).

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 48,1% do total das vendas externas, no período de janeiro a setembro de 2021: China (33,6% do total: Soja – 33,0%, Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados – 32,3%; Óleos brutos de petróleo – 14,8%; etc); Estados Unidos (10,4%: Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados – 13,0%; Óleos brutos de petróleo – 10,9%; Café não torrado, não descafeinado – 3,4%; etc) e Argentina (4,1%: Veículos automotivos de passageiros – 9,4%; Minério de ferro e seus concentrados – 5,2%; Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços – 3,0%, etc). Relativamente ao período de janeiro a setembro de 2020, cresceram as exportações para a China (+34,0%, +US\$ 18.181,2 milhões), Estados Unidos (+46,4%, +US\$ 7.025,0 milhões) e Argentina (+47,5%, +US\$ 2.813,8 milhões).

A desagregação das importações brasileiras por Grandes Categorias Econômicas (Tabela 2) revela aumento nas aquisições de todas as categorias, com destaque para Bens Intermediários e Combustíveis e lubrificantes, no período em foco.

As importações de Bens Intermediários, 66,3% do total, cresceram 45,6% (+US\$ 32.535,4 milhões), devido ao aumento da atividade econômica que demanda insumos e matérias-primas importadas. Nessa categoria, cresceram, em percentual e valores absolutos, as aquisições de Insumos industriais elaborados (+50,8%, +US\$ 21.252,3 milhões), Peças para equipamentos de transporte (+43,5%, +US\$ 4.589,6 milhões), Peças e acessórios para bens de capital (+31,3%, +US\$ 4.491,1 milhões), Insumos industriais básicos (+60,0%, +US\$ 1.016,9 milhões), Alimentos e bebidas básicos, destinados principalmente à indústria (+38,3%, +US\$ 654,7 milhões), Alimentos e bebidas elaborados, destinados principalmente à indústria (+45,1%, +US\$ 530,7 milhões).

Tabela 2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - Jan-set/2021/2020 - US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-set/2021		jan-set/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	17.869,3	11,4	17.396,1	15,1	2,7
Bens intermediários	103.894,7	66,3	71.359,3	62,1	45,6
Bens de consumo	17.728,4	11,3	15.391,6	13,4	15,2
Combustíveis e lubrificantes	17.236,3	11,0	10.741,4	9,3	60,5
Bens não especificados anteriormente	54,0	0,0	47,9	0,0	12,6
TOTAL	156.782,7	100,0	114.936,3	100,0	36,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/11/2021).

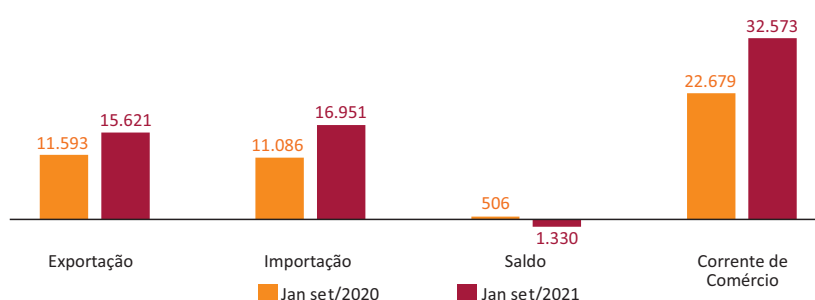
Já as aquisições de Combustíveis e lubrificantes subiram 60,5% (+US\$ 6.494,9 milhões), no período comparativo, com destaque para as compras de Óleo diesel (27,5% da categoria), Óleos brutos de petróleo (17,7%) e Gás natural liquefeito (11,0%).

Os principais países de origem das importações brasileiras, no período jan-set/21, foram: China (21,7%), Estados Unidos (17,4%) e Alemanha (5,4%). Comparativamente a jan-set/20, todos registraram crescimento: China (+35,2%, +US\$ 8.850, 2 milhões), Estados Unidos (+29,8%, +US\$ 6.272,7 milhões) e Alemanha (+21,7%, +US\$ 1.515,3 milhões).

8.2 Balança comercial do Nordeste

Com relação ao comportamento do comércio exterior da Região Nordeste, nos nove primeiros meses de 2021, as exportações totalizaram US\$ 15.621,2 milhões, crescimento de 34,8% (+US\$ 4.028,5 milhões), relativamente a mesmo período de 2020 (Gráfico 2). As importações somaram US\$ 16.951,4 milhões, crescimento de 52,9% (+US\$ 5.865,2 milhões), nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 1.330,3 milhões enquanto a corrente de comércio atingiu US\$ 32.572,6 milhões (aumento de 43,6%).

Gráfico 2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-set/2021/2020 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 26/11/2021).

A análise das exportações nordestinas por setores de atividades econômicas (Tabela 3) mostra que todas as categorias registraram crescimento nas vendas, no acumulado de janeiro a setembro de 2021, em comparação a igual período de 2020.

As exportações do setor Agropecuário cresceram 54,2% (+US\$ 1.596,9 milhões), devido, principalmente, ao crescimento de 61,7% (+US\$ 1.237,3 milhões) nas vendas de Soja, mesmo trituração, exceto para sementeira (principal produto de exportação da Região com 20,8% de participação e 71,4% do setor). Vale ressaltar, também, o crescimento das exportações de Algodão, não cardado nem penteado (+49,7%, +US\$ 154,9 milhões), Milho, exceto para sementeira (+ 59,7%, +US\$ 56,9 milhões), Café não torrado, não descafeinado (+69,2%, +US\$ 43,1 milhões) e Goiabas, mangas e mangostões, frescos ou secos (+18,8%; +US\$ 21,3 milhões). Estes cinco produtos representaram 90,3% do total das vendas do setor agropecuário.

Tabela 3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-set/2021/2020- US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-set/2021		Jan-set/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	4.543,1	29,1	2.946,2	25,4	54,2
Indústria Extrativa	1.051,5	6,7	527,0	4,5	99,5
Indústria de Transformação	9.938,2	63,6	8.040,4	69,4	23,6
Outros Produtos	88,4	0,6	79,1	0,7	11,8
TOTAL	15.621,2	100,0	11.592,7	100,0	34,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 26/11/2021).

Já as exportações dos produtos da Indústria Extrativa subiram 99,5% (+US\$ 524,5 milhões) no período em análise. Os principais produtos do setor, com 87,6% de participação, registraram os seguintes acréscimos, em percentual e valor absoluto: Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+103,1%, +US\$ 254,5 milhões), Minérios de cobre e seus concentrados (+152,9%, +US\$ 96,1 milhões) e Minérios de

níquel e seus concentrados (+308,4%, +US\$ 129,0 milhões) e Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (+6584,4%, +US\$ 88,7 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação representaram 63,6% da pauta da Região, registrando crescimento de 23,6% (+US\$ 1.897,8 milhões), no período comparativo jan-set/21 frente a jan-set/20. Os destaques foram as vendas de Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono (+71,4%, +US\$ 481,7 milhões), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (+17,1%, US\$ 211,6 milhões), Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja (+21,4%, + US\$ 67,4 milhões), Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada (+4,5%, US\$ +43,4 milhões) e Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas das posições 8501 ou 8502 (+23,3%, + US\$ 43,3 milhões).

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 47,1% das vendas externas da Região, no acumulado até setembro de 2021: China (21,7%: Soja, mesmo trituração, exceto para semeadura – 63,0%, Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – 15,8%, Minérios de cobre e seus concentrados – 3,7%, etc); Estados Unidos (17,3% do total: Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono – 33,5%, Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas das posições 8501 ou 8502 – 7,2%, Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada – 4,4%, etc.); e Cingapura (8,1%: Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios – 98,7%, Óleos leves e preparações – 1,0%, Partes de outras turbinas a gás – 0,1%, etc).

Comparativamente a janeiro-setembro de 2020, cresceram as vendas para a China (+24,2%), Estados Unidos (+50,9%) e Cingapura (+11,1%).

Já o aumento das importações nordestinas foi puxado pelo crescimento de 46,9% (+US\$ 3.210,4 milhões) nas aquisições de Bens intermediários e de 119,8% (US\$ 2.739,1 milhões) nas de Combustíveis e lubrificantes que representaram 59,3% e 29,6%, respectivamente, do total das compras externas da Região, no período em foco.

Tabela 4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - jan-set/2021/2020- US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-set/2021		Jan-set/2020		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.021,7	6,0	1.153,1	10,4	-11,4
Bens intermediários	10.056,5	59,3	6.846,2	61,8	46,9
Bens de consumo	847,4	5,0	795,6	7,2	6,5
Combustíveis e lubrificantes	5.025,4	29,6	2.286,3	20,6	119,8
Bens não especificados anteriormente	0,3	0,0	5,1	0,0	-93,2
TOTAL	16.951,4	100,0	11.086,2	100,0	52,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 26/11/2021).

Dentre os Bens Intermediários, os destaques foram os acréscimos nas aquisições de Insumos industriais elaborados (+54,2%, +US\$ 2.133,8 milhões); Peças para equipamentos de transporte (+56,0%, +US\$ 424,5 milhões), Peças e acessórios para bens de capital (+37,5%, +US\$ 293,7 milhões) e Insumos industriais básicos (+54,6%, +US\$ 203,2 milhões).

Já o crescimento nas importações de Combustíveis e lubrificantes foi devido ao acréscimo nas aquisições de Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (+174,8%, +US\$ 1.786,9 milhões), Gás natural, liquefeito (+368,9%, +US\$ 490,5 milhões), Propano, liquefeito (+135,1%, +US\$ 300,3 milhões), Hulha betuminosa, não aglomerada (+56,1%, +US\$ 131,3 milhões) e Butanos, liquefeitos (+317,5%, +US\$ 117,4 milhões).

As importações de Bens de Capital retrocederam 11,4%, no período jan-set/2021 ante jan-set/2020, devido, principalmente, à queda de 50,1% (-US\$ 151,4 milhões) nas aquisições de Equipamentos de transporte industrial.

As aquisições de Bens de consumo registraram ligeiro acréscimo de 6,5%, nesse período comparativo. As importações de Bens de consumo duráveis aumentaram 47,0% (+US\$ 64,9 milhões) enquanto as compras de Bens de consumo semiduráveis e não duráveis caíram 2,0% (-US\$ 13,1 milhões).

Os principais países de origem das importações nordestinas, no período em foco, foram: Estados Unidos (29,4%), China (15,4%) e Argentina (5,7%) que responderam por 50,5% do total. Comparativamente a janeiro-setembro de 2020, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+52,5%, +US\$ 1.716,5 milhões) e da China (+51,3%, +US\$ 885,0 milhões) enquanto as da Argentina recuaram 9,4% (-US\$ 100,3 milhões).

8.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco responderam por 91,1% das exportações e 90,3% das importações do Nordeste, no período de jan-set/2021. Dos Estados da Região, Bahia (US\$ 1.974,1 milhões), Maranhão (US\$ 701,0 milhões), Piauí (US\$ 425,5 milhões) e Rio Grande do Norte (+US\$ 78,2 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial nesse período. A seguir, mostra-se a análise do comportamento do fluxo comercial de cada Estado (Tabela 5).

Tabela 5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - Jan-set/2021/2020 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2021/ Jan-set/2020	Valor	Part. (%)	Var. % Jan-set/2021/ Jan-set/2020	
Maranhão	3.346,2	21,4	31,6	2.645,1	15,6	79,5	701,0
Piauí	722,8	4,6	61,2	297,2	1,8	31,8	425,5
Ceará	2.023,5	13,0	43,2	2.442,3	14,4	36,6	-418,7
R G do Norte	306,2	2,0	69,3	228,0	1,3	69,9	78,2
Paraíba	95,7	0,6	23,8	418,7	2,5	17,9	-323,1
Pernambuco	1.543,1	9,9	44,0	4.881,7	28,8	65,9	-3.338,6
Alagoas	226,8	1,5	-4,3	571,2	3,4	21,4	-344,4
Sergipe	38,5	0,2	23,9	122,8	0,7	0,1	-84,3
Bahia	7.318,4	46,8	30,9	5.344,3	31,5	49,6	1.974,1
Nordeste	15.621,2	100,0	34,8	16.951,4	100,0	52,9	-1.330,3

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 30/11/2021).

No Maranhão, as exportações somaram US\$ 3.346,2 milhões, nos nove primeiros meses de 2021, registrando crescimento de 31,6%, relativamente ao mesmo período de 2020, devido, principalmente, ao aumento das vendas de Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (+55,6%, +US\$ 400,2 milhões) e de Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (+103,1%, +US\$ 254,5 milhões). As importações, no valor de US\$ 2.645,1 milhões, cresceram 79,5%. As aquisições de Combustíveis e Lubrificantes que representaram 74,4% do total das compras externas do Estado, cresceram 123,6% (+US\$ 1.088,0 milhões), no período.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 722,8 milhões, aumento de 61,2%, no período. Os destaques foram as vendas externas de Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (+71,9%, +US\$ 247,0 milhões), Mel natural (+141,3%, +US\$ 22,2 milhões) e Milho, exceto para semeadura (+168,1%, +US\$ 15,8 milhões). Por outro lado, as exportações de Ceras vegetais retrocederam 9,9% (-US\$ 3,8 milhões). As importações somaram US\$ 297,2 milhões, aumento de 31,8%, devido, principalmente, às aquisições de Bens Intermediários que cresceram 74,1% (+US\$ 122,7 milhões).

O Estado do Ceará registrou, no acumulado até setembro/21, exportações no valor de US\$ 2.023,5 milhões, aumento de 43,2%, ante mesmo período de 2020. As vendas dos Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, 57,2% da pauta cearense, cresceram 71,4% (+US\$ 481,7 milhões), no período. As importações somaram US\$ 2.442,3 milhões, registrando crescimento de 36,6%. As aquisições de Bens Intermediários (60,9%) e Combustíveis

e Lubrificantes (28,6%) registraram os maiores incrementos, 40,3% (+US\$ 427,2 milhões) e 44,8% (+US\$ 215,9 milhões), respectivamente, no período em foco.

As exportações do Estado do Rio Grande do Norte totalizaram US\$ 306,2 milhões, nos primeiros nove meses do ano, incremento de 69,3%, relativamente a mesmo período de 2020. As vendas de Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios, participando com 38,7% da pauta do Estado, registrou crescimento de 541,7% (+US\$ 100,0 milhões). As importações, no valor de US\$ 228,0 milhões, cresceram 69,9%, devido ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+102,7%, +US\$ 101,5 milhões), 87,8% do total.

As exportações da Paraíba somaram US\$ 95,7 milhões e as importações alcançaram US\$ 418,7 milhões, no período de jan-set/2021. Comparativamente a jan-set/2020, as vendas externas aumentaram em 23,8%, impulsionadas pelas vendas de Alcool Etílico (+115,7%, +US\$ 6,7 milhões), Outros açúcares de cana (+2278,9%, +US\$ 3,4 milhões) e Lagostas congeladas (+187,5%, +US\$ 3,0 milhões). Vale ressaltar que as exportações de Calçados de borracha ou plástico, com parte superior em tiras ou correias (principal produto de exportação do Estado com 36,8% da pauta) aumentaram 0,8% (+US\$ 0,3 milhão), no período em foco. As importações alcançaram US\$ 418,7 milhões, aumento de 17,9%, devido ao incremento nas aquisições de Bens Intermediários (+28,4%, +US\$ 71,3 milhões) que responderam por 77,0% da pauta do Estado, apesar da queda de 34,8% (-US\$ 14,8 milhões) das compras externas de Bens de Consumo.

Em Pernambuco, nos nove primeiros meses de 2021, as exportações totalizaram US\$ 1.543,1 milhões, registrando incremento de 44,0%, ante mesmo período de 2020, com destaque para o incremento nas vendas Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (+42,8%, +US\$ 129,4 milhões), Poli(tereftalato de etileno), de um índice de viscosidade de 78 ml/g ou mais (+102,9%, +US\$ 107,3 milhões) e Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida, de cilindrada > 1.500 cm³ e <= 3.000 cm³ (+81,5%, +US\$ 87,8 milhões).

As importações, US\$ 4.881,7 milhões, cresceram 65,9% motivada pelo aumento nas aquisições de todas as categorias econômicas: Bens Intermediários (+60,5%, +US\$ 1.012,8 milhões), Bens de Consumo (+23,5%, +US\$ 75,9 milhões), Bens de Capital (+17,8%, +US\$ 48,4 milhões) e Combustíveis e Lubrificantes (+118,9%, +US\$ 801,9 milhões).

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 226,8 milhões, no período em análise, registrando queda de 4,3%. As vendas de Outros açúcares de cana cresceram 1,0% (+US\$ 2,0 milhões) enquanto as de Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido caíram 55,9% (-US\$ 3,4 milhões). Vale ressaltar, que nesse período, não ocorreram exportações de soja, produto que em 2020 registrou receita de US\$ 7,9 milhões. Já as importações somaram US\$ 571,2 milhões, com acréscimo de 21,4%. Foram adquiridos, principalmente, Bens Intermediários (65,8% da pauta), Bens de Consumo (23,8%) e Bens de Capital (10,3%). Enquanto as importações de Bens Intermediários cresceram 36,9% (+US\$ 101,4 milhões) e de Bens de Capital 87,3% (+US\$ 27,5 milhões), as de Bens de Consumo caíram 16,6% (-US\$ 27,1 milhões).

Sergipe exportou US\$ 38,5 milhões, valor 23,9% superior ao total registrado em jan-set/20. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento das exportações de Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (+826%, +US\$ 4,3 milhões) e de Outros sucos de abacaxi, não fermentados (+217,8%, +US\$ 1,9 milhão), dentre outros. Vale salientar a queda de 9,4% (-US\$ 1,7 milhão) nas vendas de Sucos de laranjas, congelados, não fermentados, principal produto da pauta do Estado com 41,9% de participação. As importações totalizaram US\$ 122,8 milhões, com ligeiro acréscimo de 0,1%. Retrocederam as aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (-99,9%, -US\$ 16,1 milhões) e Bens de Consumo (-31,0%, -US\$ 2,9 milhões) enquanto cresceram as compras de Bens Intermediários (+18,4%, +US\$ 18,4 milhões) e Bens de Capital (+26,6%, +US\$ 3,9 milhões).

As exportações do Estado da Bahia, nos nove primeiros meses do ano, somaram US\$ 7.318,4 milhões, incremento de 30,9%, frente a mesmo período de 2020. Os destaques foram as vendas de Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (+65,4%, +US\$ 606,1 milhões), Cátodos de cobre refinado e seus elementos, em formas brutas (+107,4%, US\$ 111,7 milhões), Algodão, não cardado nem penteado (+42,6%, +US\$ 119,7 milhões) e Minérios de cobre e seus concentrados (+152,7%, US\$ 95,9 milhões).

Já as importações atingiram US\$ 5.344,3 milhões, com aumento de 49,6% no período, motivado pelos acréscimos nas compras de Bens Intermediários (+46,2%, +US\$ 1.252,4 milhões) e Combustíveis e Lubrificantes (+328,5%, +US\$ 647,2 milhões) que representaram 74,2% e 15,8%, respectivamente, da pauta importadora, no período.

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, no acumulado até setembro de 2021, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados - Em %– Jan-set/2021

Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (33,5%), Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial (22,5%), Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados (15,0%),	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (65,5%), Óleos leves e preparações (6,2%), Cloreto de potássio para uso como fertilizante (4,7%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (81,7%), Mel natural (5,2%), Ceras vegetais (4,8%)	Outros grupos eletrogêneos, de energia eólica (45,9%), Produtos laminados planos, de ferro ou aços não ligados, em rolos (7,9%), Outros produtos laminados planos, de ferro ou aços não ligados, de largura => 600 mm (6,1%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, que contenham, em peso, menos de 0,25 % de carbono (57,2%), Partes reconhecíveis como destinadas às máquinas das posições 8501 ou 8502 (7,2%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (3,4%)	Hulha betuminosa, não aglomerada (12,2%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (9,2%), Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (8,2%)
Rio Grande do Norte	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (38,7%), Melões frescos (14,5%), Melancias frescas (4,2%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (19,7%), Outros grupos eletrogêneos, de energia eólica (19,7%), Torres e pórticos, de ferro fundido, ferro ou aço (11,1%)
Paraíba	Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias (36,8%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80% (13,1%), Outros sucos de abacaxi, não fermentados (7,8%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (9,0%), Coque de petróleo não calcinado (8,2%), Malte não torrado (8,0%)
Pernambuco	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações (28,0%), Poli(tereftalato de etileno) (13,7%), Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto, com motor de pistão alternativo, de ignição por centelha, de cilindrada > 1.500 cm ³ e <= 3.000 cm ³ (12,7%)	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (11,5%), Propano, liquefeito (10,7%), , Caixas de marchas (velocidade) e suas partes, para veículos automóveis das posições 8701 a 8705 (7,0%)
Alagoas	Outros açúcares de cana (87,4%), Ladrilhos e placas (lajes) (3,2%), Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80% (2,0%)	1, 2-Dicloroetano (cloreto de etileno) (12,1%), Diidrogeno-ortofosfato de amônio (6,4%), Alhos, frescos ou refrigerados (3,2%)
Sergipe	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (41,9%), Outros açúcares de cana, de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (12,5%), Outros sucos de abacaxi, não fermentados (7,3%)	Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura (10,7%), Ureia, mesmo em solução aquosa (7,2%), Partes de outras turbinas a gás (6,3%)
Bahia	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (20,9%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (12,0%), Pasta química de madeira de não conífera (7,8%)	Óleos leves e preparações (18,8%), Gás natural, liquefeito (10,4%), Minérios de cobre e seus concentrados (7,5%)
Nordeste	Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura (20,8%), Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (9,3%), Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono (7,4%)	Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios (16,6%), Óleos leves e preparações (9,0%), Gás natural, liquefeito (3,7%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 30/11/2021).

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– Jan-set/2021

Estados	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	China (25,1%), Canadá (19,5%), Estados Unidos (9,8%)	Estados Unidos (39,4%), Índia (14,6%), Emirados Árabes Unidos (6,4%)
Piauí	China (53,6%), Espanha (7,6%), Estados Unidos (6,7%)	China (67,1%), Rússia (10,5%), Argentina (5,4%)
Ceará	Estados Unidos (61,8%), México (9,4%), Argentina (2,8%)	Estados Unidos (29,8%), China (27,2%), Colômbia (7,2%)
Rio Grande do Norte	Cingapura (29,3%), Países Baixos (Holanda) (16,8%), Estados Unidos (16,5%)	China (34,4%), Argentina (26,1%), Estados Unidos (11,3%)
Paraíba	Estados Unidos (13,6%), Países Baixos (Holanda) (8,7%), Bélgica (6,2%)	Estados Unidos (33,2%), China (18,9%), Argentina (10,5%)
Pernambuco	Cingapura (25,5%), Argentina (20,7%), Estados Unidos (8,2%)	Estados Unidos (30,3%), China (9,4%), Itália (8,8%)
Alagoas	Canadá (27,9%), Uzbequistão (15,2%), Argélia (11,7%)	China (41,4%), Estados Unidos (15,6%), Rússia (6,0%)
Sergipe	Países Baixos (Holanda) (30,9%), Gana (12,5%), Espanha (7,3%)	China (16,8%), Estados Unidos (16,3%), Argentina (10,9%)
Bahia	China (28,9%), Estados Unidos (11,9%), Cingapura (10,5%)	Estados Unidos (27,4%), China (15,4%), Espanha (8,3%)
Nordeste	China (21,7%), Estados Unidos (17,3%), Cingapura (8,1%)	Estados Unidos (29,4%), China (15,4%), Argentina (5,7%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 30/11/2021).

9 Finanças Públicas

O texto de Finanças Públicas trata das Transferências Constitucionais, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM), da Arrecadação do Imposto de Circulação de Bens e Serviços (ICMS). Indiretamente, trata da Arrecadação Federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI), que são a base das Transferências Constitucionais, ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nestas, se está avaliando, também, o que ocorreu na base do cálculo. No final do capítulo, apresenta-se o Grau de Endividamento dos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste.

As Transferências Constitucionais são muito relevantes para a economia dos estados mais pobres da Federação. A Tabela 1, mostra este grau de relevância, quando compara o valor destas com o total das Transferências mais a arrecadação do ICMS. Enquanto o ICMS do Nordeste representa 16,6% do total da arrecadação brasileira, as Transferências Constitucionais para a Região Nordeste representam 43,1% do total das transferências.

Tabela 1 – Transferências Constitucionais (FPE + FPM) e ICMS – 3º trimestre de 2021 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE + FPM (1)	ICMS (2)	Total (3 = 1 + 2)	Participação (%)	1/3 (%)	1/2 (%)
Alagoas	4.971	3.897	8.868	1,4	56,1	127,6
Bahia	14.223	22.573	36.796	5,9	38,7	63,0
Ceará	9.277	11.566	20.843	3,3	44,5	80,2
Maranhão	8.646	7.134	15.780	2,5	54,8	121,2
Paraíba	6.007	5.439	11.446	1,8	52,5	110,4
Pernambuco	8.975	15.844	24.819	3,9	36,2	56,6
Piauí	5.327	4.153	9.480	1,5	56,2	128,3
Rio Grande do Norte	5.020	4.893	9.913	1,6	50,6	102,6
Sergipe	4.196	3.101	7.297	1,2	57,5	135,3
Nordeste	66.642	78.600	145.242	23,1	45,9	84,8
Espírito Santo	2.594	10.987	13.581	2,2	19,1	23,6
Minas Gerais	14.021	49.464	63.485	10,1	22,1	28,3
Brasil	154.486	474.437	628.923	100,0	24,6	32,6

Fonte: BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional e Confaz. Nota: a participação se refere à participação de cada Estado/Região no total das transferências mais ICMS.

A economia das regiões mais pobres do País, são muito dependentes das Transferências Constitucionais. Na Região Nordeste, elas representam quase metade (45,9%), do total destas mais a arrecadação do ICMS, o principal tributo estadual. A média nacional é apenas 24,6%. Em todos os estados nordestinos, a relação transferências/transferências + ICMS, é maior que a média nacional. Apenas os estados de Pernambuco e Bahia têm a relação abaixo de 40,0%, 36,2% e 38,7%, respectivamente. Nos estados mais pobres, a relação é maior que 50,0%, indicando que o valor recebido das Transferências é maior que a arrecadação do ICMS. Em Sergipe, a relação chega a 57,5%, seguida pelo Piauí (56,2%) e Alagoas (56,1%). A exclusão dos estados da Bahia e Pernambuco, do cálculo, leva a relação para 51,9%.

9.1 Transferências Constitucionais:

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda per capita dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda per capita. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem dos repasses constitucionais para realizar investimentos, bem como para arcar com despesas correntes.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 73,0 bilhões no ano de 2021, ante R\$ 53,2 bilhões em 2020, conforme a Tabela 2. A variação real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +27,5%, sinal de que a arrecadação tributária do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industriais, base das transferências, cresceu de forma robusta. Isto também aconteceu com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, nos estados da Federação. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Registre-se que em 2020, em comparação com 2019, a perda no FPE foi de -7,2%.

Tabela 2 – FPE, FPM e FPM Capitais - Brasil, Nordeste e Estados – 3º trimestre de 2020 e 2021 - R\$ Milhões⁽¹⁾

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Alagoas	2.230	3.123	1.365	1.848	258	348
Bahia	4.985	6.747	5.519	7.476	465	627
Ceará	3.887	5.232	2.988	4.045	517	697
Maranhão	3.837	5.228	2.524	3.418	323	435
Paraíba	2.541	3.450	1.888	2.557	207	279
Pernambuco	3.666	4.971	2.904	4.003	290	439
Piauí	2.303	3.171	1.598	2.156	323	435
Rio Grande do Norte	2.221	3.003	1.489	2.017	186	251
Sergipe	2.205	2.979	899	1.217	186	251
Nordeste	27.876	37.903	21.174	28.739	2.756	3.762
Espírito Santo	818	1.141	1.104	1.453	124	139
Minas Gerais	2.382	3.330	7.889	10.691	310	418
Brasil	53.234	73.002	60.101	81.484	6.010	8.148

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a setembro de cada ano.

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 37,9 bilhões em 2021, em contraste com R\$ 27,3 bilhões, representando um ganho real de +26,4% em comparação com igual período de 2020. A Região recebeu 52,0% do total dos recursos desse Fundo até o 3º semestre de 2021. Registre-se que nos meses de abril a dezembro de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, o FPE reduziu -9,7% no Nordeste em termos reais, período mais crítico da pandemia.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais no volume de recursos do FPE em 2021, em comparação com 2020. Os valores obtidos em 2021 são: Bahia (R\$ 6,7 bilhões), Ceará (R\$ 5,2 bilhões), Maranhão (R\$ 5,2 bilhões) e Pernambuco (R\$ 5,0 bilhões) obtiveram 58,5% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 3,5 bilhões), Piauí (R\$ 3,2 bilhões), Alagoas (R\$ 3,1 bilhões), Rio Grande Norte e Sergipe (R\$ 3,0 bilhões, cada), com 41,5% do total.

O FPM no País somou R\$ 81,5 bilhões em 2021, em comparação com R\$ 60,1 bilhões em 2020 (Tabela 2). O ganho real foi de +22,9%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 18,8 bilhões no período estudado, em contraste com R\$ 14,3 bilhões em 2020, significando ganho real de +23,1%, em comparação com 2020 (Tabela 2). Registre-se que a perda real, em 2020, comparado com 2019, foi de -7,3%.

O Nordeste recebeu 35,3% do total dos recursos do FPM em 2021. Todas as Unidades Federativas da Região registraram ganho real no volume de recursos do FPM no ano de 2021, em comparação com semelhante período de 2020. Os valores repassados para os Estados foram: Bahia (R\$ 4,9 bilhões), Ceará (R\$ 2,6 bilhões), Pernambuco (R\$ 2,6 bilhões) e Maranhão (R\$ 2,2 bilhões) foram beneficiados com 65,9% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 1,7 bilhão), Piauí (R\$ 1,4 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 1,3 bilhão), Alagoas (R\$ 1,2 bilhão) e Sergipe (R\$ 794 milhões), com 34,1% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 5,3 bilhões em 2021, ante R\$ 4,1 bilhões no ano anterior, representando ganho de 22,9% em termos reais. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 2,5 bilhões, com ganho real de +23,8%, comparado com 2020, quando foi alocado R\$ 1,9 bilhão. Vale lembrar que a perda real nas capitais nordestinas, em 2020, foi de -7,8%.

Cabe destacar a recuperação das perdas sofridas pela capital de Pernambuco no ano passado, que sofreu uma redução real de -17,0%, comparado com 2019. A preços médios de 2021 (janeiro a setembro), as perdas em 2020 foram de R\$ 72,5 milhões. Até setembro, os ganhos já estão em R\$ 129,8 milhões. A capital recebeu R\$ 439 milhões, + 37,9% do que tinha recebido até junho de 2020, após a retirada da inflação. A perda real de Recife (-17,0%), no ano de 2020, foi em função do aumento da renda per capita dessa cidade, dado que o coeficiente de distribuição trabalha com o inverso da renda per capita. Neste ano, recuperou as perdas, em função de que a capital, recuperou o coeficiente de participação, que tinha em 2019, em função da nova renda per capita, vigente em 2021.

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 46,2% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais no País em 2021. Fortaleza (R\$ 697 milhões), Salvador (R\$ 627 milhões), São Luís e Teresina (R\$ 435 milhões, cada) e Recife (R\$ 439 milhões) obtiveram 70,0% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 348 milhões), João Pessoa (R\$ 279 milhões), Natal e Aracaju (R\$ 251 milhões, cada), com 30,0% dos recursos desse Fundo ao Nordeste no ano de 2021.

A Tabela 3 apresenta as projeções dos valores a serem transferidos para o FPE, FPM e FPM capitais no período de outubro a dezembro de 2021, com base nas previsões do Tesouro Nacional. As previsões para 2021, com um aumento de 4,9% (FPE) e 4,8% (FPM), com relação aos valores reais de 2020, são com base no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2021.

Tabela 3 – FPE e FPM, Previsões 2021 (outubro a dezembro)¹ e 2022² - R\$ Milhões

Estado/Região	Previsões - R\$ Milhões	
	outubro a dezembro	2022
Alagoas	1.827	7.092
Bahia	5.299	20.385
Ceará	3.402	13.242
Maranhão	3.162	12.328
Paraíba	2.204	8.574
Pernambuco	3.304	12.821
Piauí	1.957	7.602
Rio Grande do Norte	1.834	7.158
Sergipe	1.505	5.953
Nordeste	24.495	95.155
Espírito Santo	981	3.729
Minas Gerais	5.437	20.307
Brasil	57.747	221.539

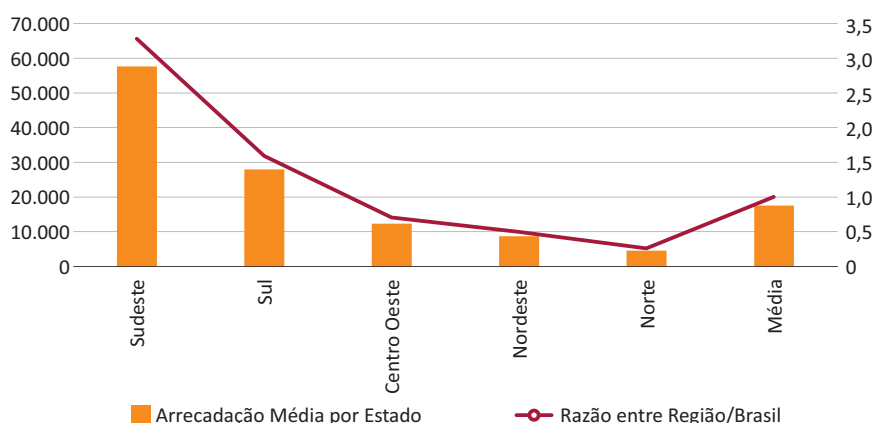
Fonte: BNB/Etene, (1) com dados do decreto nº 10.826 (30/09/2021) (2021) e (2) do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022 (2022).

9.2 Arrecadação de ICMS:

A arrecadação de ICMS no Brasil totalizou R\$ 474,4 bilhões em 2021, até setembro de 2021, ante R\$ 368,2 bilhões no mesmo período de 2020, significando um ganho real de +19,8%. É importante ressaltar que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS coletado no ano de 2021, precisamente 48,6%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%), Nordeste (16,6%), Centro-Oeste (10,4%) e Norte (6,7%).

A desigualdade regional é mais contundente, quando vista pelo prisma da arrecadação média por Estado, em cada Região brasileira, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Arrecadação Média por Estado em Cada Região/Brasil – R\$ Milhões – janeiro a setembro de 2021



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Banco Central e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O que se observa, no Gráfico acima, é que cada estado da Região Sudeste (R\$ 57.620), arrecada, em média, 3,3 vezes mais que a média nacional (R\$ 17.572), e 6,6 vezes mais que a média de cada estado nordestino. A média de arrecadação de cada estado nordestino (R\$ 8.733), é apenas 0,5 da média nacional, e na Região Norte (R\$ 4.576), é apenas 0,3. Cabe ainda destacar que a Região Nordeste é composta por 9 estados, e o Norte, 7 estados, que representam 59,3% dos entes da Federação.

No Nordeste, a arrecadação de ICMS totalizou R\$ 78,6 bilhões de janeiro a setembro de 2021, em contraste com R\$ 62,1 bilhões em iguais meses de 2020, representando crescimento real de +17,7% no período em análise. Nas demais regiões, o Centro-Oeste (+21,5%), Sudeste (+20,5%), Sul (+19,8%) e Norte (+17,4%), também obtiveram ganhos reais, apresentando um cenário de robusta recuperação das finanças públicas, como já se havia constatado na área das transferências constitucionais, ver Tabela 4.

Tabela 4 – Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados – 2020 e 2021 – até o 3º trimestre – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2020		2021		Var. Nominal %	Var. Real %
	Valor (R\$ milhão)	Part. %	Valor (R\$ milhão)	Part. %		
Alagoas	3.004	0,8	3.897	0,8	29,7	20,6
Bahia	17.557	4,8	22.573	4,8	28,6	19,5
Ceará	9.103	2,5	11.566	2,4	27,1	18,1
Maranhão	5.829	1,6	7.134	1,5	22,4	13,8
Paraíba	4.305	1,2	5.439	1,1	26,3	17,5
Pernambuco	12.528	3,4	15.844	3,3	26,5	17,6
Piauí	3.261	0,9	4.153	0,9	27,4	18,4
Rio Grande do Norte	4.052	1,1	4.893	1,0	20,8	12,3
Sergipe	2.462	0,7	3.101	0,7	26,0	17,1
Nordeste	62.101	16,9	78.600	16,6	26,6	17,68
Norte	25.380	6,9	32.033	6,8	26,2	17,4
Sudeste	177.811	48,3	230.481	48,6	29,6	20,5
Espírito Santo	8.451	2,3	10.987	2,3	30,0	20,9
Minas Gerais	37.201	10,1	49.464	10,4	33,0	23,6
Sul	65.057	17,7	83.850	17,7	28,9	19,8
Centro-Oeste	37.871	10,3	49.473	10,4	30,6	21,5
Brasil	368.220	100,0	474.437	100,0	28,8	19,8

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação no período em análise. As maiores variações se encontram em Minas Gerais (+23,6%), Espírito Santo (+20,9%), Alagoas (+20,6%), Bahia (+19,5%) e Piauí (+18,4%). O menor desempenho é do Estado do Rio Grande do Norte (+12,3%).

O crescimento da arrecadação do ICMS nordestino (+17,7%), fundamenta-se principalmente nas variações acima de 20,0% nos setores secundário (+20,3%) e petróleo (+23,8%), que participam com 44,2% da arrecadação total e 52,2% do impacto total da variação. O setor terciário, que participa com 42,6% da arrecadação total, cresceu um pouco menos, +14,3%.

No setor secundário, o destaque negativo é a perda de arrecadação no Rio Grande do Norte (-14,8%), que tem participação relativa no total da arrecadação de 11,3%. Os destaques positivos vêm das variações em Minas Gerais (+38,9% e participação na arrecadação de 28,6%) e Espírito Santo (+36,0% e participação de 31,1%).

No setor terciário, surpreendem as variações em Alagoas (+22,8% e participação de 42,8% na arrecadação), Piauí (+21,3% e participação de 31,7% na arrecadação) e Ceará (+20,1% e participação de 41,5%). O Espírito Santo teve variação real negativa (-2,6% e participação de 31,1% na arrecadação). O Estado foi um dos principais crescimentos na área de atuação do Banco, em função das variações do setor secundário, já comentado, e do setor petróleo (+56,9% e participação na arrecadação de 18,4%), que compensaram a redução do setor terciário.

No setor petróleo, os destaques positivos são a arrecadação do Espírito Santo (+56,9% e participação na arrecadação de 18,4%), Paraíba (+33,8% e participação de 21,6%) e Alagoas (+32,6% e participação de 21,6%). Sergipe é o único Estado com queda na arrecadação (-16,5% e participação de 10,7%).

Em energia, três Estados tiveram crescimento abaixo de 1,0%: Piauí (+0,8% e participação de 13,6%), Minas Gerais (+0,4% e participação de 12,0%) e Paraíba (0,0% e participação de 12,1%). O destaque positivo é Alagoas (+14,4% e participação de 10,9%).

Cabe destacar, apesar de sua baixa participação na arrecadação total (1,2%), o crescimento do setor primário (+55,5%). Ele tem mais importância no Piauí (8,0%), Rio Grande do Norte (4,0%) e Sergipe (6,5%). No Rio Grande do Norte, o crescimento foi de +244,6%, seguido por Alagoas (+86,0%) e Ceará (+55,0%).

O crescimento em Minas Gerais e Espírito Santo, apoia-se nos setores secundário e petróleo, (+38,9% e +36,0%) e (+24,4% e 56,9%), respectivamente. Estes dois setores representam 47,8% do total da arrecadação, em Minas, e 49,5% no Espírito Santo. Em Alagoas, os dois setores que surpreenderam em termos de impactos foram o secundário (+15,5%) e o terciário (+22,8%). Eles representam 73,1% da variação total da arrecadação do Estado. O Rio Grande do Norte tem a variação de sua arrecadação apoiada nos setores primário (+244,6%) e terciário (+10,2%), que juntos geraram um impacto de +12,8 p.p., que compensou um pouco a queda do setor secundário (-14,8%) e impacto de -2,8 p.p..

Comparando-se a arrecadação de ICMS nos meses de abril a dezembro de 2020 (período mais incisivo da pandemia), com o mesmo período de 2019, observou-se redução, em termos reais, na arrecadação do ICMS no Brasil (-1,8%) e no Nordeste (-3,8%). Cabe observar que a queda entre abril e outubro era de -10,1 (Brasil) e -12,9 (Nordeste), perdas muito mais expressivas, sinalizando que houve uma recuperação da arrecadação nos últimos meses do ano. Este cenário de recuperação, ficou patente com a variação observada nos três trimestres de 2021, como comentado acima.

9.3. Grau de Endividamento dos Estados e Capitais do Nordeste e outras Regiões

O Nível de Endividamento, definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é importante para os entes da Federação, já que seus limites impõem restrições a realização de operações de crédito. O primeiro quadrimestre de 2021 apresenta um cenário de endividamento mais favorável aos entes da Federação. O Grau de Endividamento GRE) dos Estados caiu -11,4%, comparado com o índice de 2020. No Nordeste, a redução foi de -13,3%. O índice da Região é apenas 38,6% do índice nacional, ver Tabela 5.

Tabela 5 – Grau de Endividamento (GRE) Regiões, Brasil e Estados Selecionados

Estado/Região/País	ESTADO			CAPITAL		
	2020	2021/quadrimestre		2020	2021/quadrimestre	
		1º	2º		1º	2º
Alagoas	0,58	0,51	0,31	0,02	0,00	0,00
Bahia	0,57	0,50	0,37	0,05	0,00	0,00
Ceará	0,54	0,43	0,38	0,25	0,22	0,21
Maranhão	0,34	0,34	0,30	0,17	0,04	0,00
Paraíba	0,11	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Pernambuco	0,48	0,40	0,32	0,30	0,17	0,17
Piauí	0,37	0,36	0,36	0,18	0,08	0,05
Rio Grande do Norte	0,37	0,30	0,26	0,14	0,10	0,15
Sergipe	0,39	0,32	0,28	0,08	0,03	0,05
Nordeste	0,45	0,39	0,31	0,11	0,04	0,02
Norte	0,18	0,07	0,04	0,16	0,09	0,11
Sudeste	1,91	1,73	1,43	0,46	0,38	0,30
Espírito Santo	0,09	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Minas Gerais	1,88	1,76	1,62	0,18	0,08	0,07
Sul	1,17	1,07	0,95	0,01	0,00	0,00
Centro-Oeste	0,39	0,32	0,22	0,29	0,23	0,18
Brasil	1,14	1,01	0,85	0,31	0,24	0,19

Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Nota: GRE = DCL (Dívida Consolidada Líquida)/RCL (Receita Corrente Líquida).

O limite de endividamento dos estes federados, é que $GRE < 2$. Os dois estados que descumprem o limite, no primeiro quadrimestre de 2021, são o Rio de Janeiro ($GRE = 2,8$) e o Rio Grande do Sul ($GRE = 2,1$). Contudo, seus índices estão melhores que em 2020, dado que suas Receitas correntes líquidas (RCL) cresceram mais que suas Dívidas Consolidadas líquidas (DCL), no caso do RJ, a DCL caiu.

O GRE da Região Nordeste teve uma variação de -13,3%, em função da redução de sua DCL (variação real de -15,0%) e a variação de sua RCL (variação real de -0,2%).

A redução do índice nacional de endividamento (1,14 para 1,01), -11,4%, se deve aos menores endividamentos em todas as regiões.

Os três estados do Sudeste, sem o Espírito Santo, mais o Rio Grande do Sul, detêm 83,6% (R\$ 654,0 bilhões) da DCL nacional, e 45,7% (R\$ 353,2 bilhões) da RCL. Todos os quatro estados conseguiram diminuir seus endividamentos. O Nordeste detém 8,1% da DCL nacional e 21,2% da RCL.

A Paraíba se sobressai na Região Nordeste, com um GRE de apenas 0,01, quando era 0,11 em 2020. Sua dívida caiu em termos reais, -90,2%, enquanto a receita cresceu +0,1%. Na área de atuação do BNB, o Espírito Santo, também tem um nível de endividamento muito baixo, 0,04, quando era 0,09 em 2020.

Em todo o País, o endividamento das capitais é muito menor que o dos estados. Se todos os municípios possuem uma gestão similar à das capitais, pode-se atribuir que o maior endividamento é do governo estadual, sobretudo pelos investimentos de maior porte, a exemplo de infraestrutura e saúde.

No segundo quadrimestre de 2021, os quatro Estados (MG, RJ, SP e RS), já citados, ainda respondem por um pouco mais que 80% da DCL do País. Estes, também estão melhorando seus índices de endividamento (GRE), que saiu de 2,04 (2020), para 1,55, no 2º quadrimestre de 2021. Nesse sentido, os estados do Nordeste são uma boa referência, o GRE da Região é apenas 0,31 no 2º quadrimestre de 2021.

Em 2020, o endividamento das capitais nordestinas era 24,4% do endividamento dos estados. Em 2021(2º quadrimestre) passou a ser apenas 6,6%. No País, a relação não caiu tanto (27,2% para 22,4%).

Em 2021, o GRE das capitais do Nordeste é quase zero (0,02). Já era baixo em 2020 (0,11), e representava 35,5% do endividamento das capitais brasileiras.

Nos períodos em análise, em que o GRE é igual a zero é porque suas dívidas consolidadas líquidas (DCL) são negativas. Isto acontece quando o Município possui mais recursos que dívida.

Recife era a capital nordestina que tinha o maior endividamento em 2020 (0,30), seguida por Fortaleza (0,25). Em 2021, a situação inverteu-se, Fortaleza passa a ter o maior endividamento (0,21), seguida por Recife (0,17), que teve uma redução de quase 50% em seu endividamento.

10 Intermediação Financeira

O estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no mês de setembro, alcançou a marca de R\$ 4,4 trilhões de reais, o que representa crescimento de 16,0%, quando comparado com o mesmo mês do ano de 2020. A expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada nos últimos meses, em grande medida, pela estratégia de concessão de recursos financeiros com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da pandemia, especialmente as micro, pequenas e médias empresas.

As concessões de crédito nas operações de empréstimos e financiamentos do Sistema Financeiro Nacional, de janeiro a setembro de 2021, foram de R\$ 3,5 trilhões, representando crescimento de 17,7%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

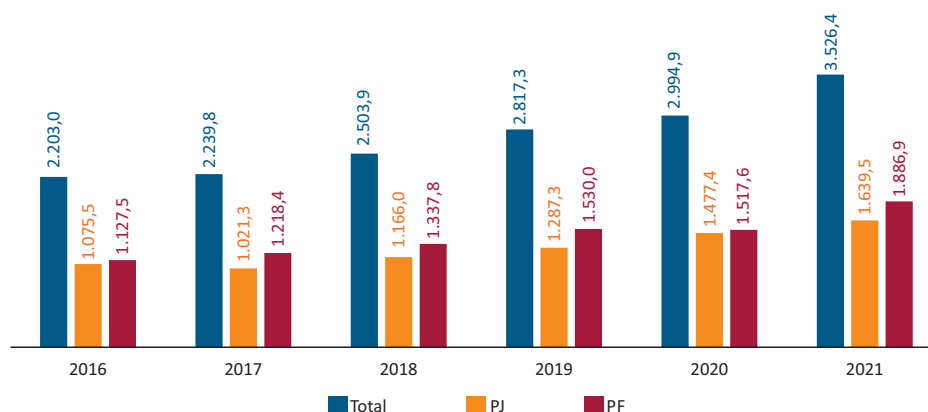
Sob a ótica das origens, os recursos podem ser caracterizados em recursos livres e direcionados. Nas concessões de crédito das operações que utilizam os recursos livres, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), foi contratado o montante de R\$ 3,1 trilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2021, o que representa crescimento de 18,6%, quando comparado ao mesmo período de 2020.

As concessões de crédito destinadas a pessoa jurídica apresentaram crescimento de 11,0%. Entre as modalidades de crédito destinadas às empresas, que usam o *funding* dos recursos livres, destacam-se, em termos de volume de recursos concedidos, as operações de desconto de duplicatas e recebíveis (R\$ 455,3 bilhões) e antecipação de cartão de crédito (R\$ 212,0 bilhões), que cresceram em 61,5% e 24,4%, respectivamente. Somente estas duas modalidades de crédito, sob o amparo dos créditos livres, representam quase a metade dos recursos concedidos de janeiro a setembro de 2021 para as empresas.

Entre as modalidades de crédito que apresentaram performance positiva na concessão de crédito, também sob o amparo dos recursos livres, nos primeiros nove meses do ano, em termos de crescimento quando comparado com o mesmo período do ano passado, podem-se destacar também: Aquisição de Veículos (67,9%) e Cartão de Crédito – À Vista (67,6%).

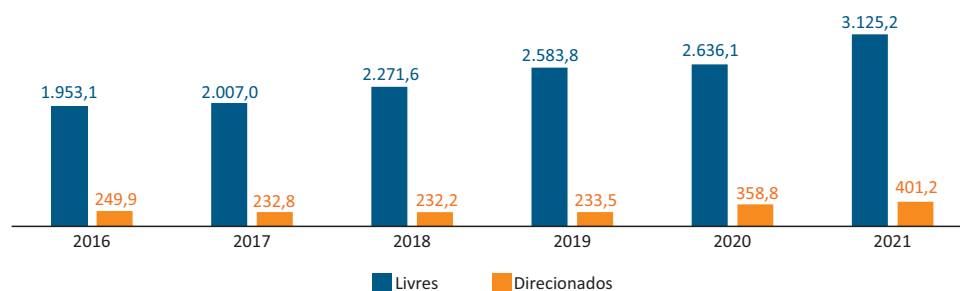
Nos recursos direcionados, onde operações de crédito são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural, serviços e de infraestrutura, foram concedidos créditos no ano de 2021, até setembro, no montante de R\$ 401,2 bilhões, o que significa avanço de 11,8%, em comparação ao mesmo período de 2020.

Gráfico 1 – Concessões de Crédito – Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física – R\$ Bilhões – Janeiro a Setembro – 2016 a 2021.



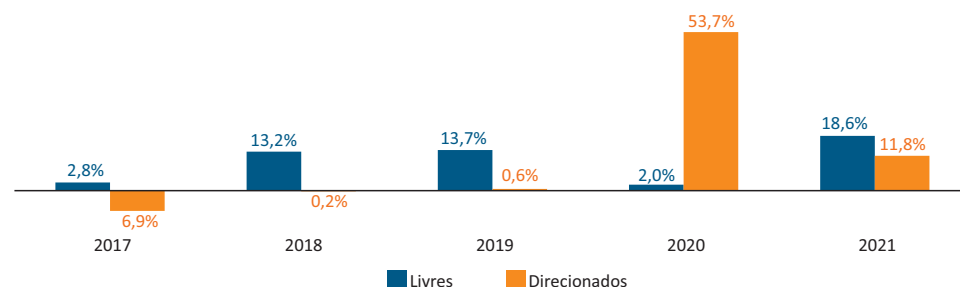
Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

Gráfico 2 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – R\$ Bilhões – Janeiro a Setembro – 2016 a 2021.



Fonte: Banco Central (2021).
Elaboração: Etene (2021).

Gráfico 3 – Concessões de Crédito – Recursos Livres e Direcionados – Variação (%) em Relação ao Ano Anterior – Janeiro a Setembro – 2017 a 2021.



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021)

Tabela 1 – Recursos Livres - Pessoa Jurídica – Contratações (R\$ milhões) – Janeiro a Setembro de 2021 - Por Modalidade

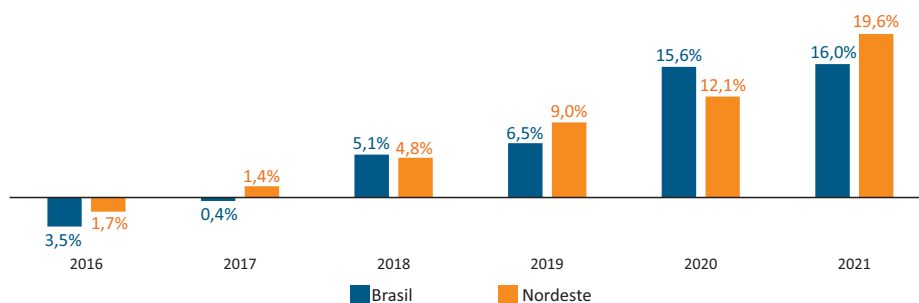
Modalidade	Part. (%)	Valor	Crescimento (%)
Desconto de Duplicata e Recebíveis	30,1%	455.376	61,5%
Antecipação de Cartão de Crédito	14,0%	212.003	24,4%
Cheque Especial	9,2%	139.471	7,4%
ACC	8,2%	124.160	20,8%
Capital de Giro Superior a 365 Dias	7,5%	113.893	-28,0%
Conta Garantida	5,8%	88.398	-12,5%
Compror	5,2%	78.862	22,3%
Cartão de Crédito - À vista	4,3%	65.011	67,6%
Financiamento à Exportação	3,3%	50.046	-6,8%
Capital de Giro Até 365 Dias	3,2%	48.703	-46,7%
Outros Créditos Livres	3,1%	46.267	29,7%
Aquisição de Veículos	2,6%	39.639	67,9%
Capital de Giro - Rotativo	0,8%	12.103	-44,6%
Aquisição de Outros Bens	0,7%	11.057	26,7%
Cartão de Crédito - Rotativo	0,7%	9.933	-19,8%
Vendor	0,5%	8.085	32,9%
Desconto de Cheques	0,4%	6.781	3,1%
Financiamento à Importação	0,4%	6.532	61,0%
Arrendamento de Outros Bens	0,4%	5.346	44,1%
Repasse Externo	0,1%	1.821	-64,6%
Cartão de Crédito - Parcelado	0,1%	1.400	-3,0%
Arrendamento de Veículos	0,0%	667	18,9%
Total	100,0%	1.514.221	

Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

O saldo de crédito no Nordeste atingiu o montante de R\$ 581,3 bilhões de reais no final do mês de setembro de 2021, o que representa dinâmica de crescimento no crédito de 19,6%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O destaque no crescimento é a pessoa física, em que o saldo de crédito cresceu 21,2% nos últimos doze meses e superou a marca de R\$ 400 bilhões pela primeira vez. O crescimento do saldo de crédito da pessoa física está em aceleração pelo 13º. mês consecutivo.

Gráfico 4 – Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordestino – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2015 a 202 (Até Setembro)

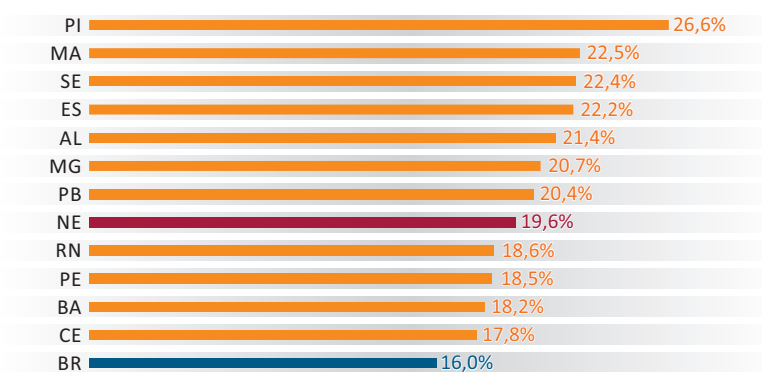


Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: BNB/Etene (2021).

Entre os estados da área de atuação do BNB, no crescimento acumulado dos últimos doze meses, terminados em agosto último, todos apresentam avanço superior à média nacional. No montante total de crédito, os destaques no Nordeste são: Bahia (R\$ 157,0 bilhões), Pernambuco (R\$ 97,0 bilhões) e Ceará (R\$ 96,4 bilhões).

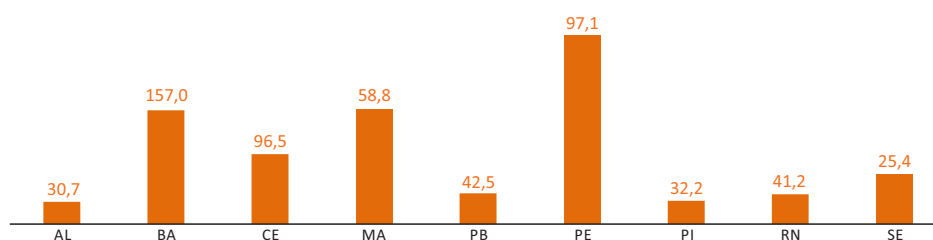
A liderança no avanço do crédito é no Piauí (+26,6%), principalmente em razão do apetite de crédito das pessoas jurídicas piauienses, que cresceu em ritmo superior a 33,8% nos últimos 12 meses, e atingiu a marca de R\$ 10,0 bilhões em empréstimos e financiamentos.

Gráfico 5 – Saldo de Crédito dos Sistemas Financeiros Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Setembro de 2021.



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

Gráfico 6 – Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Nordeste – R\$ Bilhões - Setembro de 2021



Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

No Nordeste, o crédito em trajetória crescente decorre, em grande parte, da expansão de crédito para as empresas, que registrou crescimento de 16,0% nos últimos doze meses. As empresas, em que foram, de alguma forma, impactadas pelos efeitos da Covid-19, demandam crédito para equilibrar o fluxo de caixa, sobretudo para pagamento de despesas de aluguel, folha de pagamento, matérias-primas e insumos. As pessoas físicas buscaram recursos para mitigar as dificuldades no orçamento familiar.

O saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinado às famílias representa 69,2% do total, cabendo a parcela restante (30,8%) às empresas.

As renegociações e reescalonamentos também contribuem para a elevação do saldo de crédito, haja vista postergação dos reembolsos das operações contratadas de empréstimos e financiamentos.

Tabela 2 – Saldo de Crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2015 a 2021 (Até Setembro).

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Brasil	7,0%	-3,5%	-0,4%	5,1%	6,5%	15,6%	16,0%
Nordeste	5,0%	-1,7%	1,4%	4,8%	9,0%	12,1%	19,6%
Sudeste	8,1%	-4,8%	-1,9%	4,0%	4,1%	15,6%	14,7%
Norte	4,6%	-2,2%	2,4%	7,7%	13,2%	17,9%	26,9%
Sul	3,3%	-0,5%	2,1%	8,6%	8,7%	19,1%	16,5%
Centro Oeste	8,3%	-0,8%	3,1%	8,9%	10,0%	17,3%	17,3%

Fonte: Banco Central (2021). Elaboração: Etene (2021).

Nota: *2021, refere-se a Set/21 no acumulado dos últimos 12 meses.

Sob a ótica regional, o Nordeste (+19,6%) figura em 2º lugar no crescimento do volume de crédito, cabendo à Região Norte (+26,9%) a liderança na expansão de recursos disponibilizados em operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

REFERÊNCIAS

BACEN-BANCO CENTRAL DO BRASIL (2021). Estatísticas. Séries Temporais (SGS). Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 25 Novembro 2021.

11 Índices de Preços

INFLAÇÃO 3º SEMESTRE DE 2021

É sempre bom dar o devido destaque para o fenômeno da inflação, no sentido de que provoca perdas irreversíveis nas rendas das classes trabalhadores, as mais vulneráveis a esse poder de corrosão. Os dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS, 2019, deixam isso claro. Dos trabalhadores cadastrados, na região Nordeste, 61,4% ganham até 2 salários mínimos. Este percentual cai para 49,3% no país como um todo. A ampliação do limite para 3 salários mínimos, apresenta que 73,3% dos trabalhadores na Região, estão dentro desse limite, índice que cai para 66,5% no Brasil. Fica claro, que os trabalhadores na base da pirâmide social são os que mais sofrem quando os índices inflacionários crescem, ver Tabela 1.

Tabela 1 – Percentual de Vínculos Empregatícios Por Faixa de Remuneração – RAIS 2019

Regiões/Brasil	Até 1 SM	1 SM < x < 2 SM	2 SM < x < 3 SM	Até 3 SM
Norte	7,7	44,6	15,1	67,4
Nordeste	11,1	50,3	11,9	73,3
Sudeste	4,4	41,6	18,3	64,3
Sul	4,9	41	21	66,9
Centro-Oeste	5,8	41,7	15,4	62,9
Brasil	6	43,3	17,2	66,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da RAIS 2020, Ministério da Economia. Nota: SM – salário mínimo.

PRINCIPAIS RECORTES:

Em setembro, dois grupos menos importantes, em termos de participação relativa, ficaram entre os maiores crescimentos. Vestuário (+1,68%) e Artigos de residência (+1,04%), mas só geraram impacto no índice regional no valor de +0,13 p.p. Alimentação e bebidas, que teve um aumento de +0,69%, gerou um impacto de +0,16 p.p, em razão de que sua participação relativa é 2,6 vezes maior que a soma dos dois grupos citados. Se a inflação no quarto trimestre for zero, o índice regional termina o ano com uma inflação de +7,03% e o IPCA Brasil em 6,90%, acima do limite superior da meta do Copom (+ 5,25%). A inflação na Região e no país, tem seu centro em três grupos: Alimentação e bebidas, Habitação e Transportes, que representam 57,4% do índice geral. No Nordeste, Transportes é o que mais cresce até setembro (+13,4%), e em doze meses (+18,0%), seguido por Habitação (+10,5%), e +14,3%, em 12 meses, e Alimentação e bebidas (+6,3%) e +11,9%, em doze meses.

O item de maior importância em Transportes, no índice regional, é a Gasolina, na medida em que representa 6,2% de participação no índice, enquanto o Óleo diesel, apenas 0,3%. Até setembro, a Gasolina variou +32,0%, e carregou +2,0 p.p. para o índice anual até setembro. O Óleo diesel cresceu +28,9%, mas carregou para o índice geral apenas +0,1 p.p.. Da inflação em doze meses, terminados em setembro (+10,15%), a Gasolina carregou +2,44 p.p. para o índice regional, enquanto o Óleo diesel carregou apenas +0,09 p.p..

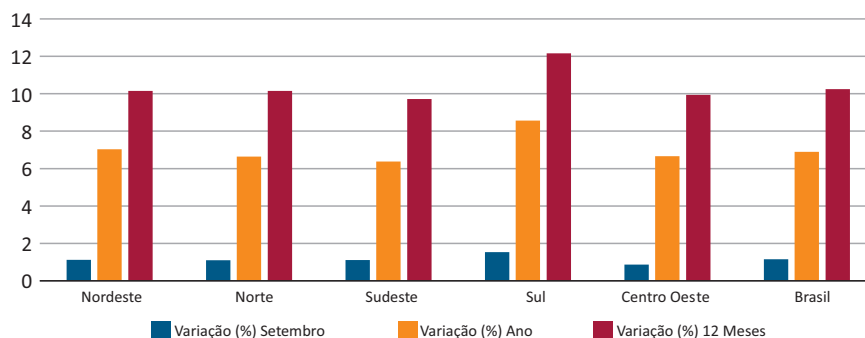
No grupo Habitação, Gás butano e Energia elétrica residencial têm uma participação conjunta de 6,8% no índice geral da Região. Até setembro, eles são responsáveis por +1,34 p.p. do índice (+7,03%), e por +1,96 p.p. do índice em doze meses (+10,15%).

Alimentação no domicílio, Gás butano, Energia elétrica residencial e Gasolina, são responsáveis por 64,8% da inflação nordestina até setembro, e por 67,0% do índice em doze meses.

A inflação do Nordeste em setembro foi +1,12%, junto com o IPCA do Sudeste (+1,12%), só ficou abaixo da Região Sul (+1,53%). Com isso, a Região tem a segunda maior inflação no ano (+7,03%), só sendo superada pelo Sul (+8,57%). Posição semelhante em 12 meses (+10,15%, também só perdendo para a região Sul (+12,15%). Fortaleza é o destaque na Região. Em setembro, junto com São Luís tem inflação maior que a média nordestina, e nacional, +1,22% e +1,19%, respectivamente. No ano, Fortaleza (+7,84%)

é a única capital da Região acima da média (+7,03%), e novamente, junto com São Luís, ficam acima da inflação média da Região e nacional, em doze meses, +11,19% e +11,22%, respectivamente.

Gráfico 2 – IPCA nas Regiões Brasileiras - % - Mês, Ano e Em 12 Meses



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Os maiores impactos no índice regional, no mês, vieram dos grupos **Habitação** (+2,74% e impacto de +0,40 p.p.); **Transportes** (+1,69% e impacto de +0,32 p.p.) e **Alimentos e bebidas** (+0,69% e impacto de +0,16 p.p.), que juntos somam 79,0% do impacto total do índice.

No ano de 2021, a inflação do Nordeste, também foi impactada pela inflação nos **Transportes** (impacto de 2,41 p.p. e +13,39%), **Habitação** (impacto de 1,57 p.p. e +6,33%) e **Alimentação e Bebidas** (impacto de 1,48 p.p. e +6,33%). Estes três grupos, representam 77,6% da inflação de 2021 no Nordeste.

Olhando as variações no mês de setembro, vale destacar, no grupo Transportes, Passagem aérea que subiu +36,6%, com ênfase em Aracaju (+57,5%) e Fortaleza (+43,7%), mas que ainda acumula uma queda no ano de -17,9%, e Transporte por aplicativo, que aumentou +15,4%, com destaque para Recife (+25,9%), mas que ainda acumula uma redução no ano, de -12,3%. O mais interessante é que ela variou em 12 meses, terminados em setembro, +54,3%, o que sinaliza que o aumento em 2020 foi muito alto. A Gasolina cresceu +0,83%, sendo o maior gerador de impacto dentro do grupo, no ano. O Óleo diesel cresceu +1,2%. A dispersão da variação na gasolina é muito grande, quando variou +0,1% (Salvador) a +2,3% (São Luís). Em Habitação, as variações vêm do gás butano (+4,0%) e energia residencial (+5,5%). No grupo alimentos e bebidas, os principais aumentos são do café moído (+7,8%), banana prata (+4,8%), aves e ovos (+4,6%) e leite e derivados (+1,3%). Cabe destacar que no subgrupo alimentação fora do domicílio, a cerveja teve variação de +1,1% e água mineral e refrigerantes de +0,9%.

A análise mais detalhada das variações no ano, no índice regional nordestino, no grupo Transportes, o grande destaque é a Gasolina (+32,0%), que carrega para o índice anual +2,0 p.p.. O Etanol cresceu +28,7% (valores divulgados apenas para Recife, +52,3% e Salvador, +41,3%), e o Óleo diesel, +28,9%. Cada um carregou para o índice anual, apenas +0,1 p.p..

No grupo Alimentação e Bebidas, o subgrupo Alimentação fora do domicílio (+4,8%) volta a não superar a variação do grupo Alimentação dentro do domicílio (+7,0%), o que aconteceu no primeiro trimestre. As inflações médias no índice nordestino do Refrigerante e água mineral (+6,6%) e Lanche (+5,6%) foram os principais destaques na Alimentação fora do domicílio. No grupo Alimentação dentro do domicílio, as principais variações são: Café moído (+30,7%), Aves e ovos (+18,6%), Açúcares de derivados (+15,2%), e o Pão francês (+9,7%).

Em Habitação, Gás butano (+27,5%) e Energia elétrica residencial (+27,5%), são os principais responsáveis. O hiato de variação do gás, nas capitais nordestinas, é +19,3% (Aracaju) e +34,7% (São Luís). Em energia a situação se inverte, +11,7% (São Luís) e +20,0% (Aracaju). Produtos farmacêuticos (+5,2%) e planos de saúde (+4,0%), são os destaques do grupo Saúde e cuidados pessoais.

Tabela 2 – Inflação no Brasil e Nordeste - % - Setembro e Ano de 2021

IPCA - Grupo Pesquisado	Variação (%)				Impacto (p.p)			
	set/21		Ano		set/21		Ano	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Índice Geral	1,16	1,12	6,90	7,03	1,16	1,12	6,90	7,03
Alimentação e Bebidas	1,02	0,69	5,84	6,33	0,21	0,16	1,22	1,48
Habitação	2,56	2,74	9,93	10,46	0,41	0,40	1,58	1,57
Artigos de Residência	0,9	1,04	8,05	7,73	0,04	0,04	0,31	0,32
Vestuário	0,31	1,68	5,17	4,52	0,01	0,08	0,22	0,22
Transportes	1,82	1,69	13,46	13,39	0,38	0,32	2,71	2,41
Saúde e Cuidados Pessoais	0,39	0,55	3,12	3,62	0,05	0,08	0,40	0,51
Despesas Pessoais	0,56	0,30	2,79	2,52	0,06	0,03	0,28	0,23
Educação	-0,01	0,05	2,69	5,06	0,00	0,00	0,16	0,29
Comunicação	0,07	0,03	0,41	0,06	0,00	0,00	0,02	0,00

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Entre as capitais nordestinas pesquisadas, Fortaleza (+7,84%) apresenta inflação no ano, maior que a média regional, e a média das outras regiões, exclusive a Região Sul (+8,57%).

Tabela 3 – Inflação no Nordeste e Capitais Seleccionadas - Variação Acumulada (%) até o Terceiro Trimestre de 2021

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis	Nordeste	
Índice Geral	7,84	7,00	6,81	6,92	6,63	7,03	Impacto (p.p.)
Alimentação e Bebidas	7,01	6,55	6,50	5,54	4,44	6,33	1,48
Habitação	10,68	11,43	9,74	10,03	10,39	10,46	1,57
Artigos de Residência	8,37	5,91	8,15	5,59	10,29	7,73	0,32
Vestuário	11,19	1,62	3,86	3,38	3,52	4,52	0,22
Transportes	11,93	13,74	13,50	14,87	13,78	13,39	2,41
Saúde e Cuidados Pessoais	4,81	3,28	3,34	3,49	3,43	3,62	0,51
Despesas Pessoais	2,76	3,02	2,29	2,39	1,83	2,52	0,23
Educação	7,74	3,38	4,87	7,89	3,95	5,06	0,29
Comunicação	-0,12	0,49	-0,54	0,51	1,07	0,06	0,00

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Nas cinco capitais nordestinas pesquisadas, Transportes tem a maior variação em todas, variando de +11,9% (Fortaleza) a +14,9% (Aracaju). Apenas em Fortaleza, o grupo Vestuário ocupa a segunda maior variação. Nas outras capitais o grupo Habitação detém o segundo lugar. mas o maior impacto é de Transportes, em todas as capitais.

Cabe destacar a diferença de variação no grupo Vestuário, que em Fortaleza tem um crescimento de +11,2% no ano, sendo a segunda variação em Salvador (+3,9%). A menor variação ocorre em Recife (+1,6%). A seguir, discute-se as principais variações no ano, nas capitais nordestinas.

Fortaleza: Os quatro com maior variação são Transporte (+11,9%), Vestuário (+11,2%), Habitação (+10,7%) e Artigos de residência (+8,4%). No primeiro os destaques são a Gasolina (+28,0%) e o Óleo diesel (+28,9%). Roupas (+12,9%) e Joias e bijuterias (+12,4%), sobressaem em Vestuário, assim como Gás de botijão (+26,8%) e Energia elétrica residencial (+16,9%), em Habitação. Em Artigos de residência as maiores variações são de TV, som e informática (+12,7%) e Consertos e manutenção (+12,0%).

Recife: Em Transportes (+13,7%), os destaques são o Etanol (+52,4%), Gasolina (+31,2%) e o Óleo diesel (+28,8%). No grupo Habitação (+11,4%), os responsáveis são o Gás de botijão (+26,8%) e Energia (+18,1%). Em Alimentação e bebidas, Alimentação dentro do domicílio (+7,3%) e Fora do domicílio

(+4,8%). No domicílio, sobressaem as variações no Café moído (+35,5%), Banana prata (+20,9%), Aves e ovos (+20,8%), Açúcar (+19,9%) e Leite e derivados (+10,4%). No grupo Fora do domicílio, o destaque é o item Refrigerante e água mineral (+12,1%).

Salvador: Gasolina (+33,8%), Etanol (+41,3%) e Óleo diesel (+28,1%), detêm as maiores variações em Transportes. O mesmo ocorre em Habitação, em que os maiores impactos são do Gás de botijão (28,3%) e Energia (+16,3%). Em Artigos de residência, os destaques são cama, mesa e banho (+16,1%) e TV, som e informática (+11,0%). As variações nos subgrupos de Alimentação e bebidas (+6,5%), Dentro do domicílio (+7,6%) e Fora do domicílio (+3,5%). No primeiro, as principais variações são do Café moído (+26,2%), Açúcar (+23,8%), Aves e ovos (+18,3%), Pão francês (+15,3%) e Carnes e peixes industrializados (+12,5%). A Cerveja (+7,2%) é o destaque do segundo.

Aracaju: A Gasolina cresceu +33,8% na capital de Sergipe, e o Óleo diesel, +27,7%), dentro do grupo Transportes. No grupo Habitação, os destaques são o Gás de botijão (+19,3%) e Energia (+20,0%). Pré-escola (+29,5%) e Creche (+25,9%) são as maiores variações no grupo Educação. Cama, mesa e banho (12,0%) e TV, som e informática (12,7%), detêm os maiores impactos no grupo Artigos de residência.

São Luís: Em Transportes, Gasolina (+34,5%) e Óleo diesel (+33,9%), são os principais impactos. Gás de botijão (+34,7%) e Energia (+11,7%), em Habitação. As maiores variações em Artigos de residência são de Cama, mesa e banho (+15,5%) e o item Mobiliário (+14,3%). Dentre as capitais nordestinas, São Luís é a única em que a Alimentação fora do domicílio (+7,3%) supera a variação do subgrupo Dentro do domicílio (+4,0%). Naquele, sobressaem as variações em Lanche (+11,5%) e Refrigerante e água mineral (+9,4%). No segundo, os destaques são Café moído (+31,2%), Feijão mulatinho (+27,4%), Açúcar (+23,2%), Banana prata (+16,6%) e Aves e ovos (+14,5%).

A inflação em doze meses, terminados em setembro, têm suas principais variações centradas em Transportes (impacto de +3,2 p.p.), Habitação (impacto de +2,1 p.p.), Alimentação e bebidas (impacto de +2,8 p.p.) e Artigos de residência (impacto de +0,4 p.p.). Juntos, os quatro grupos carregam 84,0% do IPCA em doze meses.

Tabela 4 – Inflação no Nordeste e capitais selecionadas - Variação Acumulada (%) em 12 Meses, Terminados em setembro de 2021

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luís	Nordeste
Índice Geral	11,19	10,00	9,54	9,29	11,27	10,15
Alimentação e Bebidas	13,48	11,40	10,41	10,15	15,95	11,88
Habitação	14,79	16,08	13,53	13,37	12,62	14,33
Artigos de Residência	11,57	8,92	11,09	6,00	13,58	10,65
Vestuário	14,89	4,98	3,88	3,37	6,36	6,42
Transportes	14,46	17,73	20,02	18,52	17,41	18,03
Saúde e Cuidados Pessoais	4,87	4,24	4,42	5,32	5,18	4,61
Despesas Pessoais	4,07	3,30	2,96	3,43	2,90	3,26
Educação	11,78	3,50	2,38	7,08	7,44	5,22
Comunicação	0,80	1,59	0,40	-0,15	1,60	0,90

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

O grupo Transportes têm as principais variações em Passagem aérea (+54,3% e impacto de +0,2 p.p.), Gasolina (+39,2% e impacto de 2,4 p.p.), Etanol (+36,2% e impacto de +0,1 p.p.) e Óleo diesel (+33,9% e impacto de 0,2 p.p.). Em Habitação, os destaques são o Gás de botijão (+32,7% e impacto de +0,6 p.p.) e Energia elétrica residencial (+27,2% e impacto de +1,3 p.p.). O grupo Alimentação e bebidas tem sua distribuição dentro dos subgrupos, Dentro do domicílio (+13,7%) e Fora do domicílio (+6,3%). Neste, o destaque é o item Refrigerante e água mineral (+7,3%). Dentro do domicílio, cabe ressaltar as variações no Café moído (+33,8%), Açúcar (+29,7%), Óleo de soja (+28,8%), Aves e ovos (+25,9%) e Carnes (+18,6%). No Grupo Artigos de residência, os destaques são Cama, mesa e banho (+13,9%) e Eletrodomésticos e equipamentos (+10,9%).